



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

LIZIARA SARMENTO PORTELLA

**Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes
sindicalizados do Centro de Ciências da Educação da UFSC**

Florianópolis

2020

LIZIARA SARMENTO PORTELLA

**Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes
sindicalizados do Centro de Ciências da Educação da UFSC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva.

Área de Concentração: Ciências sociais e saúde coletiva

Orientador: Prof. Douglas Francisco Kovaleski, Dr.

Florianópolis

2020

Portella, Liziara Sarmento
Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores
docentes sindicalizados do Centro de Ciências da Educação
da UFSC / Liziara Sarmento Portella ; orientador, Douglas
Francisco Kovalesski, 2020.

77 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós
Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. Saúde Coletiva. 3. Intensificação
do trabalho e saúde. 4. Saúde do Trabalhador. 5. Trabalho
docente. I. Kovalesski, Douglas Francisco. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva. III. Título.

Liziara Sarmento Portella

**Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes sindicalizados do
Centro de Ciências da Educação da UFSC**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Bárbara de Oliveira Turatti, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rodrigo Otávio Moretti-Pires, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Prof. Douglas Francisco Kovaleski, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2020.

À Nilsa, Eva (*in memoriam*) e Nandine

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, por desde o início da minha vida não pouparem esforços em garantir minha educação até o ensino superior, sem sua determinação nesse propósito eu não teria as oportunidades que tive por ter chegado até aqui. Em especial à minha mãe, que sozinha criou dois filhos com as dificuldades que as mulheres da classe trabalhadora enfrentam, mas que com amor e firmeza nos deu o melhor de si.

Aos meus avós, Eva e Rubem, que não me viram chegar à pós-graduação, mas que aquele “ôpa!” emocionado continua reverberando a cada conquista em minha vida. À minha família por todo o apoio, respeito às minhas escolhas, carinho e por entender minhas dificuldades. Ao Daniel, Eliane, Camila, Vitor Antônio, Neide, Samuel, Ester, André, Heloísa, Silvio, Letícia, Ana, Nestor, Carmen e Carolina.

Ao meu orientador, Professor Douglas Francisco Kovaleski, pela confiança e apoio, com quem aprendi que a formação acadêmica não pode se desvincular da formação humana e da práxis. Seu comprometimento sincero em criar espaços de participação, de diálogo e de luta pela emancipação da classe trabalhadora aliado ao seu compromisso com a ciência permitem construir caminhos possíveis com humildade, acolhimento e esperança, mesmo nos terrenos mais áridos. Agradeço por tanto!

Às amigas, aos amigos e les amigues com quem pude rir e chorar, que me receberam em suas casas para me possibilitar algumas horas a mais de sono, que tornaram meus dias mais leves e tiveram paciência nos dias mais difíceis. À Nalá, Marjori, Isadora, Luciana, Ana Carolina, Heloiza, Camilla, Elisa, Allan, Mariana, Renato, Samantha, Ananda, Ângela, Paula, Anaíra, Letícia, Tamara, Raíza, Mariane, Aida, agradeço pela presença, amizade e companheirismo. Sou grata à vida que permitiu esses encontros.

Às amigas e amigos do NEDAS - Núcleo de Estudos em Democracia e Associativismo e Saúde, em especial à Gabriela, Bruna, Marina, Luís e Ana Caroline, com quem compartilhei debates afiados, momentos de alegria e a luta pela construção de uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Aos amigos do DCOM, meus colegas de trabalho e de cotidiano, por toda a acolhida desde a minha chegada como trabalhadora e mestranda da UFSC. Agradeço em especial a Mariana, Ana Paula, Guilherme Batista, Ana Corina, Guilherme Krause, Caio, Vilmar, Eduarda e Juliana, amigos com quem pude contar nos momentos mais desafiadores que já enfrentei e por compartilhar nossos dias juntos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, aos professores e colegas com quem pude compartilhar minha formação, e em especial aos amigos Thaís, Fernanda, Marcela, Matheus, Diego, Nani e Maria Esther, e à Maria Júlia, meus sinceros agradecimentos por todo o apoio e companheirismo no período de realização do mestrado.

À CAPES, pela bolsa de mestrado que me permitiu durante cinco meses me dedicar exclusivamente à pesquisa.

À seção do ANDES na UFSC, que através do GTSSA - Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria permitiu que esta pesquisa fosse realizada. Aprendi muito em nossas reuniões e discussões, assim como tive a oportunidade de participar da construção de estratégias e de ações sindicais em defesa da manutenção e promoção da saúde dos trabalhadores docentes e da comunidade universitária. Meu sincero agradecimento!

Aos professores entrevistados por aceitarem participar da pesquisa, ainda que num momento tão incerto para a universidade pública federal como o período de 2018 e 2019.

Aos trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, aos estudantes e aos que defendem a universidade pública. O período que enfrentamos tem sido turbulento para a universidade pública, para a ciência e para a sociedade em geral, mas continuamos na construção e na expectativa de que dias melhores virão.

Ao Estágio Interdisciplinar de Vivência - EIV-SC e ao movimento estudantil, por possibilitarem minha formação política, sem a qual esse estudo não existiria. Igualmente aos movimentos que compõem a Via Campesina, por cederem espaço para nosso aprendizado e vivência junto aos trabalhadores rurais.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao Vitor, meu amor, meu companheiro de luta e de vida. Foram inúmeros os percalços, e sem teu apoio, paciência e companheirismo eu não teria finalizado esta dissertação. Agradeço pela troca de ideias, por revisar capítulos, pela escuta e pela força.

Todos aqui mencionados, direta ou indiretamente, contribuíram para esse estudo.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o processo de intensificação do trabalho e as consequências sobre a saúde dos trabalhadores docentes efetivos e sindicalizados do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Fundamentada nos preceitos da Saúde Coletiva e da Saúde do Trabalhador, foi realizado um estudo transversal de caráter exploratório, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, priorizando a profundidade do tema a partir das percepções dos entrevistados. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental seguida de entrevistas semiestruturadas realizadas com 11 trabalhadores docentes intencionalmente convidados, de maio de 2018 a agosto de 2019, com base no questionário elaborado em conjunto com o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da Seção Sindical do ANDES-SN, seção UFSC. O tratamento dos dados seguiu o método hermenêutico-dialético, por meio da qual foram identificadas as seguintes categorias: ritmo de trabalho, prolongamento do trabalho, administração por estresse e aspectos subjetivos e ideologia. Os resultados evidenciaram as práticas de exploração e expropriação do saber dos trabalhadores explicitadas nas categorias encontradas, além da percepção para $\frac{2}{3}$ dos entrevistados de que há adoecimento dos docentes associado ao processo de trabalho intensificado. Como estratégias de enfrentamento elencadas pelos entrevistados encontram-se as práticas individuais de autocuidado como atividades físicas, terapia, gestão do tempo, e práticas coletivas como o compartilhamento de tarefas e cuidado mútuo entre colegas relacionado à percepção compartilhada de sobrecarga e estresse, evidenciando contudo a individualização do sofrimento como aspecto contraditório e produto do enfraquecimento da dimensão coletiva. O estudo contribuiu para a continuidade da concepção da intensificação do trabalho e saúde enquanto objeto de estudo do campo da Saúde Coletiva, e traçou a análise procurando resgatar a valorização do saber e da memória deste grupo de trabalhadores como aspecto de favorecedor da capacidade coletiva de ação contra os agravos e problemas à sua saúde.

Palavras-chave: Intensificação do trabalho e saúde; Saúde do Trabalhador; Trabalho docente em IFES; Saúde do trabalhador docente.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the process of intensification of work and the consequences on the health of permanent and unionized professors at the Educational Sciences Center of the Federal University of Santa Catarina. Based on the precepts of Public Health and Worker's Health, a cross-sectional study of an exploratory nature, of an applied nature and a qualitative approach, was carried out, prioritizing the depth of the theme from the perceptions of the interviewees. Data collection took place through documentary research followed by semi-structured interviews conducted with 11 university teachers who were intentionally invited, from May 2018 to August 2019, based on the questionnaire prepared jointly with the Social Security and Retirement Affairs Working Group of the ANDES-SN Union Section in the university. The treatment of the data followed the hermeneutic-dialectic method, through which the following categories were identified: rhythm of work, prolonged work, stress management and subjective aspect and ideology. The results showed the practices of exploitation and expropriation of workers' knowledge explicit in the categories, in addition to the perception for $\frac{2}{3}$ of the interviewees that the teachers are ill associated with the intensified work process. As coping strategies listed by the interviewees there are the individual self-care practices such as physical activities, therapy, time management, and collective practices such as task sharing and mutual care between colleagues related to the shared perception of overload and stress, showing however the individualization of suffering as a contradictory aspect resulting from the weakening of the collective dimension. The study contributed to the continuity of the concept of intensification of work and health as an object of study in the field of Public Health, and traced the analysis seeking to rescue the valorization of knowledge and memory of this group of workers as an aspect that favors the collective capacity of action against health problems and problems.

Keywords: Work intensification and health; Workers' Health; Faculty work; Faculty worker's health.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. UFSC em Números	pg. 25
Tabela 02. Número de vagas de graduação ofertadas de 2006 a 2019.....	pg. 28
Tabela 03. Quantitativo de discentes de ensino superior, docentes e TAEs da UFSC.....	pg. 29
Tabela 04. Matrículas nos Cursos de Graduação no Brasil.....	pg. 30
Tabela 05. Orçamento da União destinado à UFSC entre 2010 e 2019.....	pg. 36

LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDES-SN na UFSC - Seção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior na UFSC

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

ST - Saúde do Trabalhador

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

GTSSA/ANDES/UFSC - Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

TAEs - Técnicos-administrativos em Educação

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	p. 12
2.	INTRODUÇÃO	p. 14
2.1	TRABALHO DOCENTE.....	p. 20
2.1.1.	Trabalho docente na UFSC	p. 25
2.1.2.	Políticas neoliberais para o ensino superior público federal: da Reforma do Ensino Superior público, expansão e mudanças estruturais aos cortes orçamentários	p. 31
2.2.	SAÚDE DO TRABALHADOR: PRINCÍPIOS E CONCEITOS.....	p. 37
2.3.	INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE E MOVIMENTO SINDICAL	p. 40
3.	PERCURSO METODOLÓGICO	p. 43
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	p. 46
4.1.	ARTIGO.....	p. 46
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 69
	REFERÊNCIAS	p. 71
	APÊNDICE A.....	p. 76

1. APRESENTAÇÃO

A escolha do tema do presente estudo está relacionada à minha trajetória profissional e acadêmica nas áreas da saúde e da assistência social, com base nas quais estiveram envolvidas questões vinculadas a condições e organização do trabalho. Enquanto psicóloga celetista de um aparelho da Política de Assistência Social, tive a oportunidade de observar pessoas em um mesmo serviço público com vínculos trabalhistas diversos, o que acarretava diferenças de abordagem e de sentidos que se dava ao trabalho, além das consequentes conturbações nas relações entre colegas de trabalho e com a própria instituição. Essa constatação ao mesmo tempo que me intrigou, me fez buscar explicações para o fenômeno da precarização do trabalho e das possíveis consequências para a saúde dos trabalhadores, fato que me aproximou da discussão em Saúde do Trabalhador (ST) a partir de disciplina isolada que cursei junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Posteriormente ao término daquele vínculo de trabalho, dei continuidade à minha trajetória acadêmica ao iniciar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na mesma universidade, em pesquisa junto à Seção Sindical ANDES na Universidade Federal de Santa Catarina (ANDES-SN na UFSC) com a temática da saúde dos trabalhadores docentes. A possibilidade de acompanhar as reuniões do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da Seção Sindical dos Docentes na UFSC (GTSSA/ANDES/UFSC) me permitiu entrar em contato com os dilemas e impactos que a intensificação do trabalho tem gerado no cotidiano de trabalho docente e consequentemente à saúde destes trabalhadores, e através desse contato foi-se delineando o objeto da presente pesquisa que se deu em conjunto com o sindicato.

Após o primeiro semestre no programa de pós-graduação na UFSC, ingressei no corpo técnico de trabalhadores da mesma instituição como assistente em administração. Mesmo não sendo parte do corpo docente da universidade, foco do meu estudo, pude observar por meio da minha experiência pessoal que os agravos à saúde destes trabalhadores eram semelhantes e acometem a comunidade universitária em maior ou menor grau, uma vez que docentes, discentes e técnico-administrativos em educação (TAEs) encontram-se sob as mesmas políticas públicas para a educação. No caso das Instituições Federais de Ensino Superior

(IFES) os efeitos destas políticas públicas são ainda mais diretos, dada a proximidade ao governo federal enquanto formulador e regulador destas normativas.

A conjuntura de ofensiva neoliberal sobre os direitos sociais e a dificuldade de elaborar a temática com as trabalhadoras e com os trabalhadores das instituições nas quais estive em minha trajetória profissional e acadêmica, nas áreas da educação e assistência social, me fizeram perceber a importância de se colocar esta experiência de trabalho à luz de conhecimentos produzidos, com a perspectiva de analisar a relação entre a desregulamentação do trabalho pautado em ideais neoliberais e a saúde dos trabalhadores.

Desta forma, espero poder contribuir com o campo da Saúde Coletiva, em especial da Saúde do Trabalhador, traçando a reflexão acerca das consequências de políticas de austeridade, amplamente praticadas com o avanço do neoliberalismo no atual estágio do capitalismo, à saúde dos trabalhadores docentes.

2. INTRODUÇÃO

Na área da saúde, há diferentes modelos explicativos que versam acerca da determinação do processo de saúde e doença. Quando o foco de análise recai sobre a relação entre o trabalho e a saúde há diferentes abordagens, sendo que nem todas podem ser consideradas dentro do escopo da Saúde do Trabalhador. Para introduzir o tema, torna-se necessário apresentar o marco teórico em que o presente estudo se insere, qual seja, a determinação social da saúde definindo que a saúde dos seres humanos depende de como a sociedade organiza seus modos de produção e reprodução da vida ao longo da história.

Este modelo explicativo se desenvolve num contexto de fortalecimento do movimento dos trabalhadores e de lutas pela redemocratização no Brasil. Em meados das décadas de 1970 e de 1980 surge a Saúde do Trabalhador (ST) a partir do Movimento da Reforma Sanitária brasileiro, campo de conhecimentos e de práticas que tem base nos marcos teóricos da Saúde Coletiva em contraposição aos conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional e da Medicina do Trabalho. Sua perspectiva principal é a determinação social do processo saúde-doença formulado pela Medicina Social Latino-Americana, tendo como referência a classe trabalhadora como protagonista na formulação de conhecimento e das políticas públicas e entendendo a saúde como direito universal e dever do Estado (LACAZ, 2007; MINAYO GOMES, 2013).

De acordo com Nunes (1994), diante do esgotamento do modelo de saúde pública clássica e do acúmulo de experiências com exercício crítico e político, a Saúde Coletiva como corrente de pensamento, movimento social e prática teórica, com referencial marxista, interdisciplinar e multiprofissional, introduziu as Ciências Humanas no campo da Saúde. Importante frisar que as bases que alicerçam o campo da Saúde Coletiva levam em conta o dimensionamento e a historicização do conceito de saúde e de práticas coletivas, sendo este capaz de influir na docência, pesquisa e serviços, e neste bojo insere-se a área da ST.

Considerando o papel do trabalho na relação com o processo saúde-doença, o campo teórico da ST busca contribuir para a reflexão sobre o processo de trabalho relacionado à saúde no contexto da sociedade capitalista. Esta informação é relevante pois marca um referencial teórico pautado na centralidade da categoria trabalho e na determinação social do processo saúde-doença atrelado à exploração do trabalhador como forma principal de acúmulo no modo de produção capitalista.

O objeto de pesquisa do presente estudo é a intensificação do trabalho docente implicado à saúde dos trabalhadores docentes do Centro de Ciências da Educação da UFSC. Por ser um estudo que se insere no campo da Saúde do Trabalhador, serão apresentados dados concernentes às transformações no mundo do trabalho atreladas à análise do processo de trabalho dos docentes de IFES relativos às condições e organização do trabalho com base na percepção dos entrevistados, nos marcos conceituais da Saúde Coletiva brasileira.

Esta pesquisa busca construir uma interlocução entre a constatação da intensificação do trabalho docente e seus impactos na saúde dos trabalhadores e no seu cotidiano de trabalho, partindo da análise que o campo da Saúde do Trabalhador insere, buscando relacionar o contexto social aos processos de trabalho e ao contexto em que os atores estão inseridos (GOMEZ, 2013). Enquanto a autora desenvolvia a pesquisa, o Brasil passava pelo advento da Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017) que teve como principais desdobramentos a supremacia do acordado sobre o legislado, flexibilizando jornadas de trabalho e facilitando contratações sem garantias trabalhistas, e o enfraquecimento do movimento sindical após o fim da obrigatoriedade do imposto sindical. Não suficiente, corria a passos largos a discussão da Reforma da Previdência, uma das maiores guinadas neoliberais da história recente do país, a ser finalizada e aprovada ainda no ano de 2019 (BRASIL, 2020). Na prática, as duas reformas citadas impactam diretamente a sociedade em suas condições materiais de existência e impõem limitações aos sindicatos.

Ao observar a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2009) ver ruírem décadas de conquistas sociais e trabalhistas com o fenômeno de desregulamentação e flexibilização do mundo do trabalho no Brasil, com a Reforma da Previdência a extinguir a possibilidade de aposentadoria digna para parcela significativa da população, ao presenciar um candidato abertamente autoritário ser eleito em 2018 para o cargo máximo do Poder Executivo instigando hostilidade ao funcionalismo público e intolerância a grupos minoritários da classe trabalhadora, ao ver o ataque direto à democracia e autonomia universitária com o lançamento da Nota Técnica 400/2018/CGLNES/GAB/SESU do Ministério da Educação (BRASIL, 2018) que prevê a intervenção do presidente da república na nomeação de reitores de Instituições Federais de Ensino (IFE) - fato consolidado em algumas IFES a partir do ano de 2019 (BRASIL, 2019 b), foi possível traçar uma análise de conjuntura aliada à análise das mudanças no mundo do trabalho que geram agravos à saúde das populações.

Há que se fazer uma ressalva acerca do momento que o país enfrentava, uma vez que uma sucessão de fatos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos permitiu a construção da democracia brasileira tal qual se manifesta nesta segunda década do século XXI, culminando nas políticas de austeridade e de ajuste fiscal comuns ao atual estágio do capitalismo. O redimensionamento do Estado já estava em curso desde a redemocratização conquistada e materializada com a Constituição Federal de 1988, apresentando contornos mais ou menos delineados conforme a sucessão de partidos progressistas ou conservadores no governo. Após o período de 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, inicia-se um período de queda vertiginosa no orçamento destinado ao ensino superior público federal.

Este estudo foi realizado em um momento histórico nacional de ruptura por parte dos dirigentes do Estado com a democracia participativa e autonomia universitária a partir da nomeação de interventores nos moldes do regime autoritário de 1964, e de ataque direto às universidades públicas e a seus funcionários. Momento este que ainda não dispõe de elementos suficientes para interpretá-lo, mas que aponta para desfechos pouco favoráveis à manutenção da democracia participativa e à garantia de direitos sociais como os vistos posteriormente à execução desta pesquisa como os bloqueios orçamentários nas universidades públicas federais associados ao baixo desempenho e *balbúrdia*, conforme declaração do então ministro da educação Abraham Weintraub (OLIVEIRA, 2020).

A ascensão dos ataques à democracia no Brasil atingiu as universidades federais em níveis recordes, remontando ao redimensionamento do Estado proposto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Na defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada esteve o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, que na UFSC se fez presente até o ano de 2020.

A seção sindical ANDES-SN na UFSC foi um dos dois sindicatos de docentes presentes na referida universidade entre os anos de 2009 a 2020. Em consulta acerca do histórico da constituição do sindicato na instituição em boletins e sítios eletrônicos, encontrou-se que o ANDES-SN foi constituído em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e após 1988 se consolidou como organização sindical, possuindo atualmente mais de 80 mil sindicalizados e filiado à Central Sindical CSP-Conlutas (APUFSC, 2019). Na UFSC, a seção sindical ANDES-SN foi inaugurada em dezembro de 1990, passando a se chamar APUFSC – Seção Sindical, porém, em setembro de 2009,

59,04% dos sindicalizados votaram pela desfiliação do ANDES-SN por divergências de pauta sindical (APUFSC, 2019), transformando-se em sindicato estadual sem filiação nacional. Em 2019, a APUFSC recebeu proposta de filiação ao ANDES-SN e esteve em debate para deliberação em Assembleia Geral, conforme Boletim nº 823 (APUFSC, 2019). Porém, em junho de 2020 - em consonância com a Lei 14.010/2020 (BRASIL, 2020), aprovada durante a pandemia - foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução da seção sindical do ANDES-SN na UFSC, em função de decisão judicial favorável à Apufsc-Sindical emitida pela 1ª Vara da Justiça do Trabalho (ANDES-SN, 2020).

O tema intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes da Universidade Federal de Santa Catarina inspira-se na pesquisa proposta na “Cartilha de orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente” (ANDES-SN, 2016), cujo objetivo é orientar as Seções Sindicais do ANDES-SN para que possam, no interior das Instituições de Ensino Superior (IES), desenvolver a Pesquisa Sobre Saúde Docente a partir do que for construído por grupo de trabalho. Ao participar da construção da pesquisa junto ao GTSSA/ANDES/UFSC, este projeto de pesquisa integra-se como parte da pesquisa conduzida no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para dar início à pesquisa, foram consultadas as bases de dados da área da saúde a fim de conhecer a produção sobre o tema entre 2009 a 2018 na área da saúde, nas quais constatou-se reduzido volume de publicações no período em análise. As produções encontradas concentraram-se majoritariamente nos impactos do processo de trabalho em doenças do trabalho como o caso de problemas nas cordas vocais, riscos ambientais no trabalho e níveis de estresse relacionado ao trabalho. Porém, foi possível localizar produções acadêmicas que contribuem para identificar possíveis causas de afastamentos do trabalho por motivo de doença e impactos na saúde de trabalhadores docentes de instituições de ensino superior relacionados ao processo de trabalho e a políticas de educação superior, como é o caso de estudos com a temática da sociabilidade produtiva decorrente de modelos de avaliação e/ou de gestão pautados na produtividade e competitividade.

Diante destas constatações, a relevância do tema justifica-se pela importância da temática uma vez que o adoecimento relacionado ao trabalho é um problema de difícil constatação e multideterminado, além do baixo volume de publicações acadêmicas que articulam saúde ao processo de trabalho de docentes universitários verificado em busca nas

bases de dados nacionais e internacionais. A especificidade deste vínculo de trabalho permite maior flexibilidade na construção da jornada de trabalho semanal, acarretando pouco conhecimento da condição de saúde destes trabalhadores, uma vez que a flexibilidade permite certa invisibilidade institucional acerca dos adoecimentos e demais consequências que ocorrem com estes trabalhadores. Porém, José Augusto Pina (2012) verificou que há escassos estudos cujo objeto seja a intensificação do trabalho e saúde no campo da ST, e em sua tese de doutorado propôs uma definição para o tema. É no caminho trilhado por Pina que a presente pesquisa está pautada, na tentativa de continuar a construção e análise deste objeto de estudo aplicada à realidade da UFSC.

Desta forma, o presente projeto de pesquisa, parte de uma perspectiva teórica fundamentada no debate acerca da centralidade da categoria trabalho levada a cabo pelos autores Gyögy Lukács e Ricardo Antunes, e nos pressupostos da Saúde Coletiva, mais especificamente no campo da ST retomando assim o conceito de determinação social da saúde. A metodologia se caracteriza por ser uma pesquisa aplicada, uma vez que tem por objetivo analisar, a partir da percepção dos trabalhadores docentes, a relação entre intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes efetivos e sindicalizados do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, no período compreendido entre 2018 e 2019. A pesquisa tem a finalidade de fazer a análise a partir da vinculação entre a realidade materializada e o conhecimento produzido sobre a mesma, o que implica afirmar que a relação entre pesquisador e objeto de estudo é mediada pela práxis (VALMORBIDA, 2017, p. 28), seguindo tanto uma orientação macroanalítica em função da determinação social que gera impactos institucionais e no cotidiano de trabalho docente, quanto uma análise focada na subjetividade dos entrevistados, na tentativa de produzir reflexões condizentes com a conjuntura atrelada à teoria.

Pretende-se com este estudo verificar ou não a ocorrência de relações entre a intensificação do trabalho e suas consequências na saúde de trabalhadores docentes por meio da percepção destes trabalhadores. A análise partirá das mudanças decorrentes da reforma da educação superior, ocorrida a partir da Reforma de Estado de 1995 e intensificada até o momento de redação da pesquisa. Necessário salientar que as modificações conjunturais nacionais afetam cada instituição em sua particularidade, sendo que as delimitações legais e

regulamentadas tomarão rumos diferenciados a partir da prática guiada por regimentos e cultura organizacional próprios de cada entidade.

Diante dos apontamentos elencados anteriormente, pretende-se com o estudo elencar as categorias da intensificação do trabalho docente presentes nas entrevistas, bem como identificar na percepção de docentes efetivos do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o processo de intensificação do trabalho e implicações na em sua saúde, utilizando-se do referencial teórico do campo da Saúde do Trabalhador para interpretar os dados.

A fim de introduzir a temática abordada nesta dissertação, optou-se por dividi-la em dois grandes eixos. O primeiro eixo aborda o Trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino Superior, o qual apresenta o processo de trabalho docente e os dados históricos e conjunturais que culminaram no atual modelo de universidade pública. Estes dados iniciam com a Reforma do Ensino Superior no Brasil - ocorrida a partir da Reforma de Estado da década de 1990 - marcando o processo de transformações profundas no funcionamento da universidade e no cotidiano do trabalho docente, de modo a intensificar o trabalho e aumentar a produtividade acadêmica, esta última encontrando respaldo com a criação de instituições e órgãos de fomento para pesquisa e tecnologia. Apresenta também dados institucionais da Universidade Federal de Santa Catarina, e como se caracteriza o processo de trabalho docente na instituição.

O segundo eixo apresenta o tema da intensificação do trabalho e saúde enquanto objeto de estudo em desenvolvimento no campo da Saúde do Trabalhador, conforme defendeu José Augusto Pina (2012), em sua tese de doutorado. Pina (2012) preocupou-se em definir a intensificação do trabalho e saúde com base nos marcos conceituais da Saúde Coletiva/Medicina Social latinoamericana, e terá neste eixo um subcapítulo dedicado ao tema. A presente pesquisa ancora-se no materialismo histórico, o qual pressupõe a centralidade da categoria trabalho na vida e identidade dos sujeitos, individual e coletivo, sendo o trabalho docente uma expressão e recorte específico do trabalho na sociedade capitalista. Estes dois eixos se propõem a contextualizar o tema que será aprofundado no decorrer da pesquisa.

2.1. TRABALHO DOCENTE

Há diferenças conceituais, teóricas, políticas e epistemológicas quando se opta por determinada definição do termo trabalho, e pode-se depreender que a falta de uma definição compartilhada e legitimada em um mesmo campo ou área acarreta diferentes e até mesmo incongruentes formas de abordar e problematizar o tema, pois nele estão atravessadas noções de Estado, políticas públicas, cidadania e saúde, além de outros, que sem um esforço teórico podem tornar-se contraditórios entre si ou mesmo generalizados. O presente capítulo pretende apresentar a abordagem teórica utilizada para definir trabalho enquanto categoria central na sociedade contemporânea e protoforma do ser social, tendo por fim definir trabalho docente.

A fim de auxiliar no estudo da percepção dos entrevistados acerca de sua própria saúde relacionada ao trabalho docente intensificado, recorre-se à proposta lukacsiana de análise da ontologia do ser social, tendo referencial na centralidade do trabalho como base da sociabilidade do ser humano. No capítulo que versa sobre a relação “sujeito-objeto” no trabalho, Lukács discorre em seu livro *Ontologia do Ser Social* (LUKÁCS, 2013) acerca do distanciamento que ocorre com o pôr teleológico realizado pelos seres humanos no trabalho, produzindo um distanciamento do sujeito com relação ao objeto. Dessa relação nova, surgem consequências que são necessárias ao ser social, sendo uma delas a linguagem, derivação do trabalho que possibilita uma relação com a realidade compartilhada socialmente (LUKÁCS, 2013, p. 128). A mudança gerada a partir do trabalho altera a natureza do objeto e também a natureza de quem o realiza, e neste processo mediado pela linguagem encontra-se que “a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo”, o que marca as representações que este ser humano tem sobre a natureza e sobre si mesmo (LUKÁCS, 2013, p. 129). Outras consequências da relação sujeito-objeto no trabalho para a vida em sociedade são o que socialmente se define como o sentido da vida, e a liberdade como parte do complexo entre determinidade da vida material e liberdade (LUKÁCS, 2013, p. 142).

Lukács discorre ainda neste capítulo que a análise acerca dos complexos de problemas baseia-se no trabalho que modifica a natureza, mas que

[...] a estrutura originária do trabalho está submetida a mudanças essenciais, enquanto o pôr teleológico não está mais dirigido exclusivamente à transformação dos objetos naturais, à aplicação de processos naturais, mas quer induzir outros

homens a realizar por si mesmos determinados pores desse gênero. Tal mudança se torna qualitativamente mais decisiva quando o desenvolvimento conduz a que, para o homem, o próprio modo de comportamento e a própria interioridade passam a ser o objeto do pôr teleológico (LUKÁCS, 2013, p. 150).

O trabalho é entendido, portanto, como modelo de toda a práxis social, e categoria ontológica central a partir da qual o ser humano se torna humano. György Lukács (2013) preocupou-se em desenvolver em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social II*, a partir da teoria marxiana, tal categoria ontológica, utilizando-se do conceito de pôr teleológico. Nesse sentido, o pôr teleológico constitui-se na intencionalidade de uma consciência na materialização de uma nova objetividade a fim de satisfazer uma necessidade:

[...] a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (LUKÁCS, 2013, p. 37).

Que relação teria a proposição de Lukács acerca da relação sujeito-objeto com a percepção da saúde dos trabalhadores docentes da educação de nível superior? É justamente no sentido exposto por Lukács que pretende-se entender o sujeito docente na relação com o objeto trabalho e no caso a sua própria saúde. Conforme a sociedade se complexifica, o trabalho entendido como produtor de valor passa a ter novos contornos a partir da práxis social, mas a determinidade da realidade social em relação com a liberdade persiste. Os efeitos que o trabalho produz sobre quem trabalha, tanto no trabalho mais primitivo quanto nas sociedades mais complexas, continuam sendo o domínio sobre si mesmo, e Lukács defende que o trabalho pode ser entendido como modelo de toda liberdade (LUKÁCS, 2013, p. 156). Nesse sentido, o entorno social é considerado pelo autor como decorrência do trabalho, mas essa separação é feita apenas para fins de análise, uma vez que são simultâneos.

Na presente pesquisa, a definição de trabalho docente utilizada fundamenta-se na tradição marxista para discutir a natureza e especificidade desta atividade, segundo a qual trabalho é uma atividade humana intencional de transformação da natureza, que resulta em um produto e permanece no tempo e no espaço (CODO, 1999, pg 111). Esta atividade exige organização, planejamento e execução pelo sujeito (caracterizando-se pois enquanto pôr teleológico secundário¹), e no caso do trabalho docente há uma especificidade. De acordo com

¹ György Lukács desenvolve em sua obra o conceito de “pôr teleológico”, sendo este primário que pode ser entendido como uma intencionalidade na ação humana de modificação da natureza para satisfazer uma

Wanderley Codo (1999), o trabalho do educador não possui mediações da natureza e tem como produto modificar o outro:

O trabalho pereniza o gesto do trabalhador, imortaliza o trabalho e é isso que permite ao ser humano ser histórico (o trabalho permite a permanência do ser humano apesar dele mesmo, permite seu vínculo com outros seres humanos, com o passado e com o futuro). O trabalho do educador é imediatamente histórico, e seu produto é o outro. (CODO, 1999, pg. 45).

Dessa forma, ao modificar o outro não há um produto no qual possa se refletir imediatamente, pois seu trabalho envolve uma terceira relação: sujeito-objeto-significado. Sendo assim, o professor depende, para se reconhecer, que o outro o reconheça (CODO, 1999, pg. 46). Ainda de acordo com o autor, "...para o educador, o produto é o outro, os meios de trabalho são ele mesmo, o processo de trabalho se inicia e se completa em uma relação estritamente social, permeada e carregada de História. Uma relação direta e imediata com o outro é necessariamente permeada por afeto." (CODO, 1999, pg 46), afeto este que foi expurgado pela proposta taylorista-fordista e consolidado pela lógica neoliberal a partir da década de 1970.

Na universidade federal, os ocupantes do cargo de professor de carreira do magistério superior do quadro permanente da instituição devem ser aprovados em concurso público. Ao se tratar do processo de trabalho docente, definido como a "...rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõe propriamente o fazer acadêmico." (BOSI, 2007, pág. 28), encontram-se como atribuições do cargo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas. Seguindo os passos de Codo (1999), na sua pesquisa com professores de escolas públicas, pergunta-se: "...se as escolas [universidades federais] não são indústrias no molde fabril consolidado pelo taylorismo-fordismo, é possível aplicar a análise do processo de trabalho alienado, sob a égide do capitalismo, ao processo de trabalho docente nas universidades federais?" Na tentativa de responder a esta indagação, há que se observar as peculiaridades do trabalho docente - nesta pesquisa será utilizado o termo "professor" em referência ao trabalhador docente: é o professor quem controla seu processo produtivo, ainda que tenha que obedecer a parâmetros de produtividade, em especial se estiver credenciado a

necessidade, contrapondo-se à causalidade dos fenômenos da natureza. Enquanto o pôr teleológico secundário intenciona-se às relações sociais, tendo como objeto de atuação do ser humano as próprias relações sociais (LUKÁCS, 2013).

um programa de pós-graduação. De acordo com Codo (1999, pg 49-50), o professor possui liberdade para criar, definir ritmos e sequência de atividades, sendo ele responsável pelo processo de ensino do início ao fim.

Outra peculiaridade do trabalho docente envolve o investimento afetivo por parte do professor, que segundo Wanderley Codo (1999, pg. 50), é condição essencial para o exercício do trabalho pois é no estabelecimento de vínculos afetivos que o processo ensino-aprendizagem se dá. O autor conclui que o trabalho docente, assim como outros trabalhos que envolvem cuidado, não se adequa ao modelo taylorista-fordista de afastamento da subjetividade humana em detrimento da objetividade no ambiente de trabalho:

Por ora, basta concluir que o educador faz parte do tipo de trabalhador que vem sendo chamado de care-givers, doadores de cuidado, como os enfermeiros ou assistentes sociais: desenvolve um trabalho onde a atenção particularizada ao outro atua como um diferencial entre fazer e não fazer sua obrigação. Em outras palavras, é um trabalho impossível de ser taylorizado, de se enquadrar em uma linha de montagem fordista, um trabalho que, ou leva em conta os vínculos afetivos com o aluno, com o produto, com as tarefas, ou simplesmente não se viabiliza. (CODO, 1999, pg 51).

Para o autor, a docência se coloca em uma lógica oposta à do mercado, uma vez que “...o afeto é uma relação onde não há lugar para a mediação.” (CODO, 1999, pg 55). No impasse entre a objetividade e subjetividade humana, bem como por ser uma atividade mediada pelo salário, normas e técnica, a afetividade que se estabelece em uma relação direta com o estudante, torna-se um circuito sem fechamento e impossibilitada pela organização do trabalho, e o investimento subjetivo do professor necessita ser realizado de forma simbólica para que possa ser reapropriado por este sujeito. Caso contrário ou em situações adversas e hostis no ambiente de trabalho, a tendência é a dificuldade de manutenção ou não da saúde mental, fator que pode desencadear sofrimento psíquico (CODO, 1999, pg 56-57). Para explicitar a situação, recorre-se ao excerto abaixo:

Se essa energia afetiva que não pode ser dirigida ao seu destino ficasse se acumulando por muito tempo, haveria um momento em que esse professor se assemelharia a uma panela de pressão, pronta a explodir. Essa tensão acumulada é redirecionada para seu corpo. Este sofrimento se manifesta quer na relação com o produto do seu trabalho, quer na sua vida pessoal. Se o caminho percorrido for o do desgaste emocional, como consequente afastamento do objeto, ou a resolução da tensão redirecionando-a para o seu próprio corpo, o trabalhador sofre. É um sofrimento mudo, e como a energia afetiva não encontrou formas de ter vazão, retorna para a sua origem na forma destrutiva (somatizações, irritabilidade, ...). (CODO, 1999, pg 59).

O ciclo de trabalho de um professor, ainda que conduzido e controlado por ele, permite menor alienação e maior envolvimento. Todavia, a retribuição para o trabalho realizado não encontra-se somente na dimensão objetiva como expressa no salário e no currículo. De acordo com Wanderley Codo (1999), há uma dimensão subjetiva expressa através de reconhecimento e de status, sendo ambas fundamentais para o trabalhador e inclusive, do ponto de vista emocional, tocando na autoestima, no sentimento de realização profissional e na satisfação do trabalhador (CODO, 1999, pg. 95).

Nesse sentido, Marilena Chauí (1999) ressalta em seu estudo acerca da universidade que esta passou da condição de instituição para organização administrativa prestadora de serviços, na qual o serviço oferecido seria a educação, especialmente no contexto de reestruturação produtiva do capital. Neste contrato de gestão imposta à universidade, que passou por mudanças sucessivas desde a década de 1970 com a promessa de ascensão social, aos anos 1980 com a expansão e possibilidade de parcerias público-privadas, até a década de 1990 em que a “universidade operacional” passa a ser regida por padrões e normas alheios à formação intelectual. Segundo a autora, a docência passou a ser entendida como correia de transmissão e adestramento, “[...] pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, obsoletos e descartáveis.” (CHAUÍ, 1999, pg. 221).

Ainda sobre a *universidade operacional*, voltada a resultados, quantidade de publicações para se adequar a avaliações e parâmetros estabelecidos pelos órgãos de fomento, a pesquisa “...não é conhecimento de coisa alguma, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa.” (CHAUÍ, 1999, p. 222). Segundo a autora, ao voltar-se para si, a universidade, neste cenário do capitalismo, opera e coopera “[...] para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.” (CHAUÍ, 1999, p. 221).

O que os autores Codo (1999) e Chauí (1999) apontam, a partir de reflexões distintas, porém convergentes na conclusão, é que as consequências das políticas neoliberais no âmbito da educação contribuem para a queda da qualidade do ensino e subjugam a educação aos interesses do capital, causando mutações nas relações de trabalho, na subjetividade e na identidade dos trabalhadores docentes. Para Wanderley Codo (1999), as condições de trabalho como infraestrutura, progressões de carreira, e organização do trabalho são importantes para a qualidade do serviço prestado, mas o esforço dos governos dificilmente se concentra em

melhorar as condições de trabalho - que impactaria na qualidade do ensino - mas sim em melhorar as condições de ensino.

Tendo como premissa que o trabalho docente possui particularidades ontológicas que o distinguem do trabalho operário, e que em cada instituição há práticas e contextos diferenciados apesar das delimitações legais, serão apresentados na sequência alguns dados institucionais da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como o contexto do trabalho docente na referida instituição.

2.1.1. Trabalho docente na UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina é uma autarquia de direito público vinculada ao Ministério da Educação, na qual trabalham aproximadamente 2.413 docentes de ensino superior (sendo 93,90% do quadro em regime de dedicação exclusiva) e 3.071 trabalhadores técnico-administrativos em educação que atendem a um quadro estudantil composto por 1.221 alunos de educação básica (infantil, fundamental e médio), 28.745 alunos de graduação e 9.770 alunos de pós-graduação, totalizando 39.515 matriculados e 1.418 Bolsas CAPES (UFSC, 2020). O relatório de Gestão de 2019, mais recente e atualizado disponibilizado publicamente, aponta 415 grupos de pesquisa e 3.218 projetos de pesquisa em andamento, e mais de 22.153 ações de extensão (UFSC, 2020). Fundada em 1960, está estruturada em 5 (cinco) campi: Florianópolis considerado o campus sede, Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville, que juntos oferecem 120 cursos de graduação, 153 cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, além do Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil. A seguir na Tabela 01 encontram-se os dados do relatório de gestão 2019:

Tabela 01 - Dados UFSC de 2010 a 2019

Matriculados	2010	2013	2016	2019
Educação Básica	1.173	1.173	1.178	1.221
Graduação - Ensino Superior	26.058	28.289	29.595	28.524
Pós-Graduação - Especialização	8.233	10.481	8.688	1.465
Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico	3.838	4.910	3.489	3.730
Pós-Graduação - Mestrado Profissional	-	372	515	682
Pós-Graduação - Doutorado Acadêmico	2.473	3.378	3.645	3.880
Pós-Graduação - Doutorado Profissional	-	-	-	13

Bolsas CAPES	2010	2013	2016	2019
Mestrado	-	1.049	751	624
Doutorado	-	979	878	794
Docentes da Educação Superior - Regime de trabalho	2010	2013	2016	2019
20 horas	93	131	92	102
40 horas	59	18	38	45
Dedicação Exclusiva	1.741	1.901	2.186	2.266
Professor substituto - Graduação	221	234	217	199
Técnico-Administrativos em Educação	2010	2013	2016	2019
Nível A-B	183	164	141	94
Nível C-D	1.787	1.894	1.986	1.862
Nível E	909	1.055	1.115	1.115

FONTE: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Relatório UFSC em Números - 2010 a 2019 (DPGI/ SEPLAN - UFSC, 2019).

Os campi estão organizados em 15 unidades universitárias: Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências Biológicas; Centro de Ciências da Educação; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Físicas e Matemáticas; Centro de Ciências Jurídicas; Centro de Comunicação e Expressão; Centro de Desportos; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro Socioeconômico e Centro Tecnológico, Centro Tecnológico de Joinville, Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde (Araranguá), Centro de Ciências Rurais (Curitibanos) e Centro de Blumenau (UFSC, 2020).

A instituição passou por processos de consolidação, de crescimento, de controle e de repressão durante a ditadura militar de 1964-1989, sendo fortemente marcada pela Reforma Universitária de 1968 que instituiu mudanças na estrutura e na organização da universidade - tornando-a mais mecanizada e menos autônoma - e na forma de ingresso, recebendo apoio técnico e financeiro após alterações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e recomendações após vistoria do teórico norte-americano Rudolph Atcon que provocou mudanças significativas na universidade no sentido de adequá-la aos interesses estadunidenses para as economias dependentes (SANTOS, 2010). Em 1978, a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC teve sua primeira eleição direta para diretoria, representando um grupo articulado de docentes com reivindicações de mudanças em uma conjuntura de crise do regime ditatorial (BECK, 2010).

Em 17 de novembro de 1980 ocorreu a Primeira Greve das Federais Autárquicas, uma das greves mais importantes para trabalhadores docentes uma vez que foi primeira greve do serviço público ocorrida ainda sob a vigência do Ato Institucional nº 5. No ano seguinte, tem criação a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES que em 1982 realiza seu primeiro congresso na cidade de Florianópolis, organizado pela APUFSC e com sede na UFSC. Estes fatos representam as principais mudanças nos ideais que abriram a década de 1980, marcada por greves e maior organização da categoria na luta por direitos trabalhistas e pela educação pública. Durante a redemocratização, a greve de 1987 permitiu unificar o regime jurídico das autarquias e fundações com a aprovação pelo Congresso de lei que criou o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (BECK, 2010).

Já na década de 1990 as universidades federais passaram por um período de ajuste fiscal e diminuição do orçamento, fatores ligados à Reforma de Estado que entrou em curso com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste período, docentes, técnico-administrativos em educação e estudantes da UFSC protagonizaram greves em defesa da educação pública e gratuita, denunciando as negociações do governo (BECK, 2010). No primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006) inicia-se um processo de expansão e interiorização dos campi das universidades federais através de leis, medidas e decretos como as citadas a seguir pelas autoras Denise Bessa Léda e Deise Mancebo (2009) em artigo de análise sobre o REUNI:

[...] Lei nº10.861, aprovada em 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Lei nº10.973, aprovada em 02 de dezembro de 2004, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica; Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP), no âmbito da administração pública; Lei nº11.096, sancionada em 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, cuja aprovação deu as bases legais da modalidade da educação a distância (EAD) e, por fim, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), delineado em 2007 (LEDA; MANCEBO, 2009).

Durante o segundo mandato de Lula à presidência da república ocorre a publicação Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) que criou o REUNI, dando continuidade ao processo de expansão e interiorização das universidades federais que se iniciaram com as medidas mencionadas anteriormente. A UFSC aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na primeira

chamada realizada pelo programa em 29 de outubro de 2007 para início da implantação no primeiro semestre de 2008 (BRASIL, 2009), sendo que a expansão do número de vagas tem início já no ano de 2008. Conforme dados da Tabela 02 a seguir, é possível verificar que houve um aumento de 51 para 92 cursos, representando um aumento equivalente a 55,43%, e um aumento de 59,61%:

Tabela 02. Número de vagas de graduação ofertadas de 2006 a 2019.

Ano	Vagas	Cursos
2006	3.920	51
2007	3.920	51
2008	4.095	54
2009	4.581	65
2010	6.021	71
2011	5.581	73
2012	5.991	75
2013	6.030	75
2014	6.511	80
2015	6.511	87
2016	6.511	92
2017	6.541	92
2018	6.451	92
2019	6.575	92

FONTE: Tabela elaborada pela autora com base nos dados dos Relatórios UFSC em Números (DPGI/SEPLAN - UFSC, 2013; 2016; 2019).

Os dados apontam um aumento significativo no número de vagas e de cursos de graduação ofertados. Porém, ao se analisar os dados da expansão das universidades federais no período posterior à adesão ao REUNI, é possível verificar que houve uma ampliação do número de matrículas sem o devido aumento no quadro de docentes e técnico-administrativos

em educação. Conforme dados apresentados na Tabela 03, o aumento da contratação de docentes foi de 50.81%, ao passo que o aumento do número de TAEs foi de 4.91% entre 2006 e 2019:

Tabela 03. Quantitativo de discentes de ensino superior, docentes e TAEs da UFSC.

Ano	Número de estudantes Graduação e Pós-Graduação	Número de Docentes da Educação Superior	Relação estudante/ professor	Número de TAEs	Relação estudante/TAE
2006	25.053	1.600	15,65	2.927	8,55
2007	28.918	1.632	17,71	2.783	10,39
2008	29.590	1.610	18,37	2.868	10,31
2009	33.693	1.649	20,43	2.809	11,99
2010	40.602	1.893	21,44	2.879	14,10
2011	40.423	1.924	21,00	3.005	13,45
2012	40.796	1.952	20,89	3.103	13,14
2013	47.430	2.050	23,13	3.113	15,23
2014	45.091	2.170	20,77	3.174	14,20
2015	44.025	2.285	19,26	3.217	13,68
2016	45.932	2.316	19,83	3.242	14,16
2017	45.269	2.320	19,51	3.194	14,17
2018	40.082	2.375	16,87	3.165	12,66
2019	38.294	2.413	15,86	3.071	12,46

FONTE: Tabela elaborada pela autora com base nos dados dos Relatórios UFSC em Números (DPGI/SEPLAN - UFSC, 2013; 2016; 2019).

No tocante ao aumento no número de vagas de cursos de graduação ofertadas nas universidades federais, observa-se que no período de 2006 a 2019 houve um aumento de 119,91% conforme dados da Tabela 04, o que se aproxima ao ocorrido na UFSC com um aumento 89.31% no ano de 2013. A partir de 2014, conforme Tabela 03, o aumento no número de matrículas no ensino superior na UFSC passou a ser de 52.85% entre os anos de

2006 a 2019. Importante salientar que os primeiros anos posteriores à adesão ao REUNI representaram aumento significativo no número de vagas, ao passo que após 2018 há significativa queda no número total de matrículas na UFSC, fato que deve ser analisado em compasso aos cortes orçamentários a partir do governo Temer (2016-2018).

Tabela 04. Matrículas nos Cursos de Graduação no Brasil

Ano						
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2006	4.883.852	1.251.365	607.180	502.826	141.359	3.632.487
2007	5.250.147	1.335.177	641.094	550.089	143.994	3.914.970
2008	5.808.017	1.552.953	698.319	710.175	144.459	4.255.064
2009	5.954.021	1.523.864	839.397	566.204	118.263	4.430.157
2010	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
2011	6.739.689	1.773.315	1.032.936	619.354	121.025	4.966.374
2012	7.037.688	1.897.376	1.087.413	625.283	184.680	5.140.312
2013	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
2014	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
2015	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
2016	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623

2017	8.286.663	2.045.356	1.306.351	641.865	97.140	6.241.307
2018	8.450.755	2.077.481	1.324.984	660.854	91.643	6.373.274
2019	8.603.824	2.080.146	1.335.254	656.585	88.307	6.523.678

FONTE: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed (MEC, 2020).

O breve panorama histórico traçado tem como objetivo situar o leitor acerca da dimensão, estrutura e organização da UFSC, instituição onde trabalham os entrevistados. O foco do presente estudo está na percepção de docentes acerca de sua saúde relacionada ao processo de intensificação do trabalho docente na universidade. Desta forma, o Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC é um dos quinze centros de ensino da instituição, localizado na cidade de Florianópolis, e escolhido como o primeiro local de coleta de dados para a pesquisa no Campus Florianópolis - fase esta em que se insere o presente projeto de dissertação.

A escolha do CED como centro de ensino para analisar o objeto de estudo dessa dissertação deve-se ao fato de esse centro ser caracterizado majoritariamente pela formação de docentes, onde a educação como um todo deve ser discutida de maneira mais aprofundada, possibilitando assim que a prática docente seja melhor contextualizada e analisada na sua relação com o processo saúde-doença dos docentes neste centro. Posteriormente à fase inicial, docentes de outros centros de ensino, que formam outras profissões sendo a docência uma das opções apresentadas após a formação, também serão entrevistados e os dados serão comparados com os coletados no CED na pesquisa mais ampla a ser realizada no Campus Florianópolis pelo GTSSA/ANDES/UFSC.

2.1.2. Políticas neoliberais para o ensino superior público federal: da Reforma do Ensino Superior público, expansão e mudanças estruturais, aos cortes orçamentários

Os condicionantes nacionais que produziram a reconfiguração da Educação Superior brasileira têm como marcos as mudanças na economia e a Reforma de Estado que teve início em 1995, cujas premissas do Estado moderno eram: núcleo burocrático e um setor de serviços

sociais e de obras de infraestrutura, sendo que este último não faria parte do governo (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009, p. 34). Estes marcos históricos foram explicitados por Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior em estudo aprofundado sobre a Pós-graduação e o produtivismo acadêmico no Brasil (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009), sendo este um estudo norteador do presente eixo temático da revisão de literatura realizada.

O contexto de intensificação da subsunção do trabalho ao capital no Ocidente, no qual o sistema produtivo taylorista-fordista que vigorou na maior parte do século XX chegou ao seu limite, teve como consequências a reestruturação do processo de produção no capitalismo com a emergência do toyotismo, tendo como meio as novas formas de acumulação flexível (ANTUNES, 2009, p. 49). Esta compreensão do processo de reestruturação produtiva do capital encontra nos estudos de Ricardo Antunes, acerca das mudanças no mundo do trabalho, um detalhado e cuidadoso olhar para os movimentos da *classe-que-vive-do-trabalho*, na tentativa de conquistar o controle social da produção, e para as consequentes ofensivas do capital no processo de dominação e de acumulação de mais-valor. Nesse sentido, apresenta-se o seguinte excerto:

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (ANTUNES, 2009, p.50).

Concomitantemente ao processo de trabalho taylorista-fordista do pós-guerra e da política keynesiana nos países do Norte, há um pacto de compromisso entre capital e trabalho com mediação do Estado. Este compromisso, ou como foi denominado Estado de Bem-Estar Social, gerou a ilusão de uma regulação do Estado na relação de força entre burguesia e proletariado, tendo seu esgotamento com as revoltas de parcela significativa do proletariado na década de 1970 (ANTUNES, 2009, p. 42).

No Brasil, o período de redemocratização insere-se em um contexto internacional de avanço neoliberal, momento em que o processo de reestruturação produtiva do capital apresenta algumas particularidades (ANTUNES, 2018). Impulsionada principalmente pela nova divisão internacional do trabalho e pelo regime ditatorial de 1964 a 1985, a dinâmica do

padrão de acumulação capitalista no Brasil levou “[...] as empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados ‘participativos’ [...]”, havendo com isso forte expansão do setor terciário (ANTUNES, 2018, p. 118 e 119). Em razão da crise do Estado de Bem-Estar Social, Antunes e Alves (2004) acrescentam que além de mudanças nos padrões organizacionais e tecnológicos, há mudanças de gestão que “afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 335).

As transformações internas na economia brasileira também alcançaram a Administração Pública, e se refletiram nas políticas públicas, programas e ações governamentais, atingindo diretamente as universidades públicas, em especial as federais. As universidades foram incluídas no Plano Diretor da Reforma de Estado como serviços não essenciais do Estado, portanto, passíveis de privatização. Ademais, a Reforma de Estado brasileira traz o gerencialismo para a administração pública, que nas palavras de Bresser-Pereira (1999) pode ser entendido da seguinte forma:

É possível transferir os instrumentos de gerenciamento privado para o setor público, mas de forma limitada. Pode-se descentralizar, controlar por resultados, incentivar a competição administrada, colocar o foco no cliente, mas a descentralização envolve o controle democrático, os resultados desejados devem ser decididos politicamente, quase-mercados não são mercados, o cliente não é apenas cliente, mas um cidadão revestido de poderes que vão além dos direitos do cliente ou do consumidor. [...] o aumento da autonomia e da responsabilização que os dirigentes estão assumindo no âmbito da reforma, o controle de qualidade na administração pública ganhou legitimidade e tornou-se a estratégia gerencial oficial para a implementação da reforma (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 8).

A partir de 1995, foram implementadas políticas para a educação superior que apontavam para este cenário, o que vale ressaltar a crescente abertura destas para parcerias com empresas ou empreendimentos subsidiados pelo Estado (SANTOS; LEDA; SILVA, 2015). O gerencialismo tem sido amplamente estudado no âmbito da educação, sendo denunciado e criticado por sua noção mercadológica que passa a ser ideologia (SANTOS; LEDA; SILVA, 2015) e trazendo em seu bojo o controle de Organizações Multilaterais como: Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com investida do setor privado na reforma na educação de países latinoamericanos (SHIROMA, 2018).

Em consonância com a Reforma da Educação Superior atuaram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A primeira, instituição que na segunda metade dos anos 1990 instituiu o Modelo CAPES de Avaliação, submeteu os Programas de Pós-Graduação a mudanças de caráter indutivo tanto na gestão quanto no funcionamento, que teve impactos na rotina de trabalho dos docentes e na própria qualidade da produção do conhecimento (BIANCHETTI; VALLE, 2014). O segundo, nas palavras de Sguissardi e Silva Júnior, seria “um forte indutor de pesquisas aplicadas”, enquanto que a primeira seria “a agência reguladora da pós-graduação, que se torna o pólo irradiador da efetiva reforma universitária em curso (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009, p. 46).

No tocante à expansão do ensino superior nas universidades federais, uma medida adotada pelo Governo Federal foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), com início em 2008 e sucessor do Programa de Expansão Fase I das universidades federais, iniciado em 2003 (BRASIL, 2009). O objetivo principal de ambos os programas foi o de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, estabelecendo metas de expansão física, acadêmica e pedagógica das instituições “em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social.” (BRASIL, 2009, p. 3).

Os resultados da expansão no ensino superior federal demonstraram que houve aumento da oferta de vagas em instituições federais de ensino superior (vide Tabela 03 e Tabela 04). Nesse cenário, é importante frisar o evidente aumento nos números totais quando tratamos da expansão dos IFES, tendo em vista o aumento do número de cursos, instituições e, conseqüentemente, de alunos. Contudo, esse aumento não significa, de automático, a manutenção da relação estudante-professor. Em 2008, no primeiro ano da implementação do REUNI, essa relação era de 18,37 estudantes/professor, chegando ao patamar de 23,13 no ano de 2013 que representou o auge do número de matrículas na UFSC. A partir de 2014 há declínio nestes números, ao passo que em 2019 (15,86) a relação estudante-professor assemelhou-se aos dados de 2006 (15,65) - ano anterior ao estabelecimento do REUNI. Porém, quando contrastados com o número total de matrículas em nível de graduação é possível notar que a expansão da educação superior brasileira se deu majoritariamente no

setor privado, que conforme aponta o Censo da Educação Superior (MEC, 2017), 81,7% dos 3,2 milhões de estudantes em cursos de graduação ingressaram em instituições privadas. Em estudo acerca da expansão da educação superior no Brasil, Agapito (2016) analisa criticamente as políticas públicas para a educação e constata que há uma lógica mercantilista para a educação no país, levando a uma formação imediatista e voltada para as demandas do mercado:

[...] o desenvolvimento histórico das forças produtivas, das relações de trabalho e da reestruturação do Estado, definiu novas configurações para a educação no Brasil, onde a ciência e a tecnologia ocuparam lugar de destaque no mercado de trabalho. Vale ressaltar que o sistema educacional é um dos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho, através da regulamentação de leis que interferem na realidade social dos países subdesenvolvidos, dentre estes o Brasil (AGAPITO, 2016, p. 136).

Tendo como base as políticas oficiais para a educação superior pública em um contexto de reestruturação produtiva do capital, destaca-se o papel estratégico que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm para a análise que se pretende traçar. Estudos apontam que as IFES foram um dos setores que mais sofreram redução do financiamento federal (BOSI, 2007; SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009; LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017; MORENO, 2018), fator este que juntamente a alterações nas políticas educacionais e reforma trabalhista têm repercussões diretas para as universidades federais, criando um cenário de intensificação e precarização do trabalho docente. Isso sem deixar de mencionar as perspectivas de cortes orçamentários das universidades federais, que além da retração na economia e pressão sobre o sistema de saúde brasileiro decorrente da demanda adicional gerada pela COVID-19, podem levar à interrupção de serviços essenciais nas universidades que se veem sem reajuste do orçamento desde 2018 e com substantivos cortes orçamentários em 2019 e 2020 (APUFSC, 2020).

De acordo com dados do Relatório de Gestão da UFSC (DPGI/SEPLAN - UFSC, 2020), é possível observar que a partir de 2018 há uma disparidade entre o orçamento da União e o orçamento da universidade, conforme demonstrado na Tabela 05. Já no segundo mandato de Dilma Rousseff (2015 - 2016), a Proposta de Emenda Constitucional nº 55 de 2016 estava em andamento, sendo posteriormente aprovada e publicada a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 que instituiu novo regime fiscal e o teto de gastos públicos. Neste contexto imediato, após o impedimento da presidente Dilma e início do

mandato presidencial de Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018), tem início um declínio acentuado no orçamento das universidades federais, principalmente em recursos de custeio. Estes recursos são aplicados pelas universidades em despesas com contratações e aquisições de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas, benefícios estudantis.

Tabela 05. Orçamento da União destinado à UFSC entre 2010 e 2019.

Ano	Recursos (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)
2010	802.950.541	100.923.889	52.194.156
2011	843.268.661	114.323.782	56.634.790
2012	918.591.565	111.518.706	64.958.174
2013	1.054.911.954	147.061.175	60.464.059
2014	1.120.251.635	134.598.191	29.973.688
2015	1.225.554.907	144.572.209	35.773.521
2016	1.336.827.625	177.767.007	37.482.918
2017	1.493.504.271	204.884.894	29.169.008
2018	1.522.702.486	171.278.250	11.691.677
2019	1.606.426.218	179.043.710	14.518.656

FONTE: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Relatório UFSC em Números (DPGI/SEPLAN - UFSC, 2019).

O presente estudo realiza a análise na UFSC, instituição federal de ensino superior em que a autora se insere como funcionária e como estudante de pós-graduação. Importante salientar, portanto, que a universidade incorpora as delimitações normativas e jurídicas a sua própria forma a partir de processos socialmente construídos e internamente organizados conforme o histórico da instituição, fatores que serão abordados nos capítulos a seguir.

2.2 SAÚDE DO TRABALHADOR: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

A discussão existente entre as áreas tradicionais da saúde e a Saúde Coletiva, no que tange ao conceito de saúde e, conseqüentemente, às práticas e intervenções que delas decorram, é de conhecimento na área da saúde, sendo a Saúde do Trabalhador apenas uma destas áreas onde o debate se dá. De acordo com Nunes (1994), diante do esgotamento do modelo de saúde pública clássica e do acúmulo de experiências com exercício crítico e político, surge a Saúde Coletiva como corrente de pensamento, movimento social e prática teórica, com referencial marxista, interdisciplinar e multiprofissional, introduzindo as Ciências Humanas no campo da Saúde. Importante frisar que as bases que alicerçam a Saúde Coletiva levam em conta o dimensionamento e a historicização do conceito de saúde e de práticas coletivas, sendo que este é capaz de influir na docência, pesquisa e serviços, e neste bojo insere-se a área da ST.

Em tese de doutorado, Lacaz (1996) apresenta o histórico da formação em Saúde e Trabalho nas faculdades de medicina do estado de São Paulo, demonstrando o embate de diferentes discursos teórico-epistemológicos referentes ao tema e conclui que este campo de práticas e saberes ainda possui contornos imprecisos. Nesse sentido, o autor aponta em artigo posterior que Saúde do Trabalhador é um campo de conhecimentos e de práticas que no Brasil surge a partir da Saúde Coletiva, campo este que se contrapõe aos conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional, tendo como marco a determinação social do processo saúde-doença formulado pela Medicina Social Latino-Americana e influenciado pela experiência do Movimento Operário Italiano na década de 1970 que evidencia a classe trabalhadora como protagonista na formulação de conhecimento e de políticas públicas (LACAZ, 2007). Ademais, desenvolveu-se em momento histórico contemporâneo à luta pela redemocratização do país a partir da década de 1980, ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores e à Reforma Sanitária brasileira, que perspectiva a saúde como direito universal (GOMEZ, 2013).

De acordo com Gomez, Vasconcellos e Machado (2018) e no sentido do que aponta Lacaz (2007), a ST constitui-se como um patrimônio de conhecimentos, práticas e intervenções, uma vez que a ampliação no quadro interpretativo do processo saúde-doença permitiu a emergência de um novo paradigma no estudo da relação trabalho-saúde. Permite pensar a complexidade das relações entre trabalho e saúde, bem como o processo de exploração, de extração de mais-valor, de reprodução da vida e de transformação da natureza

e de si mesmo. Na tentativa de entender processos de emancipação e de alienação, à luz da crítica da economia política, utiliza-se do conceito de processo de trabalho presente nos escritos marxistas e inserido no campo da saúde:

A referência central para o estudo dos condicionantes saúde-doença é o processo de trabalho, conceito recuperado, nos anos 1970, das ideias expostas por Marx, particularmente no Capítulo VI Inédito de O Capital. A apropriação do conceito “processo de trabalho” como instrumento de análise possibilita reformular concepções ainda hegemônicas que ao estabelecerem articulações simplificadas entre causa e efeito, numa perspectiva uni ou multicausal, desconsideram a dimensão social e histórica do trabalho e do binômio saúde/doença. Desse modo, indivíduo e ambiente são apreendidos na sua exterioridade, ignorando-se sua historicidade e o contexto que circunstancia as relações de produção materializadas em condições específicas de trabalhar, geradoras ou não de agravos à saúde (GOMES; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018).

Sendo assim, o conceito de processo de trabalho pressupõe a premissa da centralidade do trabalho enquanto atividade intrínseca do ser humano e base da sociabilidade humana, atividade esta em que o ser humano ao modificar a natureza modifica a si próprio (LUKÁCS, 2013; GOMEZ, 2013; ANTUNES, 2009). De acordo com Peduzzi e Schraiber (2009), o estudo do processo de trabalho deve articular a análise do objeto do trabalho, dos instrumentos, da finalidade e dos agentes, sendo esses os componentes que permitem sua compreensão. Na presente pesquisa, o processo de trabalho docente possui como objeto o processo de ensino direcionado aos estudantes, conforme apresentado no capítulo 4.1 deste projeto.

A formulação teórica e prática deste campo de estudo possibilita o estudo e intervenção das relações de trabalho, produtoras ou não de saúde (GOMEZ, 2013), e constituem uma tentativa de mudança do paradigma de aceitação e assujeitamento do risco decorrente do trabalho para além da legalidade e do viés tecnicista. Para lograr tal objetivo, pretende articular um plano de análise que contempla o contexto social, político, econômico e cultural com as características do processo de trabalho e seu potencial impacto na saúde de uma dada coletividade de trabalhadores. Dessa forma, os níveis de análise podem concentrar-se em características mensuráveis do ambiente, dos meios ou de objetos de trabalho - como a classificação de riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais) e condições de trabalho; ou em características qualitativas como a organização do trabalho (GOMEZ, 2013).

Em estudo de revisão bibliográfica realizado por Santana (2006) nas bases de dados LILACS e Portal CAPES, foram encontradas 1.025 teses e dissertações com o tema Saúde do Trabalhador entre os anos de 1970 e 2004 no Brasil, e apesar do crescimento contínuo de estudos sobre o assunto nessas décadas, reflexo do aumento do número de programas de pós-graduação em saúde pública e saúde coletiva no país, a autora atenta para desafios e lacunas na produção científica. Foram elencados o baixo número de estudos sobre trabalhadores do setor primário e da construção civil, bem como acerca do desemprego e de avaliação de programas de prevenção, apontando tanto para dificuldades de acesso dos pesquisadores e da falta de recursos para pesquisa quanto para certo pessimismo presente na formação de novos profissionais de saúde com relação ao valor da prevenção de agravos e na promoção de saúde (SANTANA, 2006).

Após uma década do estudo de Santana (2006), os problemas em ST apresentam contornos semelhantes aos elencados no estudo, dada a heterogeneidade do mundo do trabalho e mudanças conjunturais que afetam as relações de trabalho e a reprodução e manutenção da vida. Tendo como marcos referenciais a promoção, prevenção e vigilância - próprios da Saúde Coletiva, a Saúde do Trabalhador busca conhecer, analisar e propor estratégias de intervenção, superando a concepção do trabalho para além da atividade em si, e portanto, da relação entre saúde, trabalho e ambiente (GOMEZ, 2013).

A conjuntura de retirada de direitos, de políticas e práticas punitivas, de desconfiança e descrédito nas instituições e na atuação política, de aliança midiática na amplificação do controle das universidades públicas (ainda mais as federais que são alvo direto das decisões nesta esfera da União), gera efeitos na luta pela saúde de trabalhadores da educação na garantia de seus direitos. Para Carlos Minayo Gomez (2015), é necessário um processo de formação condizente com as reais necessidades dos/das trabalhadores/as, indo além da conscientização advinda da educação - com base em cursos - e da negociação com gestores. O conhecimento produzido por este campo aumenta o potencial explicativo e aprofunda a reflexão quando o saber do trabalhador é levado em conta, através da escuta e da intervenção que tem este ator como protagonista do processo de trabalho e de ação transformadora na sociedade. Na seção seguinte será abordado o tema da intensificação do trabalho e saúde, dando continuidade e aprofundamento quanto a este objeto de estudo do campo da Saúde do Trabalhador.

2.3. INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE E MOVIMENTO SINDICAL

A utilização da intensificação do trabalho e saúde enquanto objeto de estudo próprio da Saúde do Trabalhador é recente devido principalmente à imprecisão conceitual. José Augusto Pina e Eduardo Navarro Stotz (2014) identificaram que no Brasil o tema não é utilizado como objeto de estudo no campo da Saúde Coletiva/ST, apesar do amplo número de estudos que apontam a intensificação do trabalho como um dos resultados possíveis. De acordo com os autores, há uma diversidade de interpretações e utilizações do termo intensificação do trabalho, como: aumento do grau de intensidade do trabalho, carga de trabalho, prolongamento da jornada, como referente a elementos do processo de trabalho, ou mesmo como produtividade de trabalho (PINA; STOTZ, 2014). Tal diversidade de acepções e de análises torna insuficiente o estudo da complexidade do fenômeno, em particular no modo de produção capitalista.

Ainda de acordo com os autores mencionados anteriormente, a intensificação do trabalho pressupõe o aumento da intensidade do trabalho, porém, não se reduz somente a este aumento de intensidade (PINA; STOTZ, 2014). Como no modo de produção capitalista “o processo de trabalho é o próprio processo de exploração do trabalho”, a intensificação do trabalho, portanto, pode ser entendida como uma dimensão social “[...] particular da exploração e expropriação do saber do trabalhador nas condições históricas pós-crise dos anos 1970” (PINA; STOTZ, 2014, p. 154). Nesse sentido, a definição de intensificação do trabalho proposta por José Augusto Pina e Eduardo Navarro Stotz (2014) encontra-se abaixo:

[...] o processo de intensificação do trabalho corresponde a uma dimensão particular da exploração do trabalhador, processo contraditório e histórico de obtenção de um maior *quantum* de trabalho em dado período de tempo que se efetiva pela expropriação do conhecimento (experiência) do trabalhador no processo de trabalho (PINA; STOTZ, 2014, p. 156).

Delimitado conceitualmente o termo “intensificação do trabalho”, os autores partem para a análise de como este processo se apresenta em relação à saúde de dada coletividade de trabalhadores. Para isso, utilizam-se do conceito da determinação social da saúde, elaboração latinoamericana que se contrapõe à noção de determinantes em saúde e apresenta no conceito ampliado de saúde suas bases de análise. A noção de determinação social da saúde advém da Saúde Pública e da Saúde Coletiva/Medicina Social, a qual pressupõe que a saúde e, portanto, a vida humana são determinadas socialmente de acordo com o grau de desenvolvimento das

forças produtivas e das relações de produção em dada organização social. Esta formulação teórica ultrapassa a ideia dominante de identificação dos determinantes em saúde, caracterizando-se pela intencionalidade da denúncia e eliminação das situações adversas e pela transformação da ordem e das relações sociais (BORGHI, 2015; ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; BORGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018).

No estudo da determinação social da saúde dos trabalhadores envolvida no processo de trabalho no modo de produção capitalista, Pina e Stotz (2014) traçaram uma conexão lógica e histórica do acúmulo na área da Saúde Coletiva/ST. A partir de noções como desgaste, fadiga, sofrimento difuso, administração por estresse e penosidade, os autores apresentam ressalvas a algumas delas, e desenvolvem a elaboração conceitual para intensificação do trabalho e saúde nos marcos teóricos da Saúde Coletiva:

No desenvolvimento do estudo situamos a problemática da intensificação do trabalho e saúde do trabalhador no ponto central da determinação social do processo saúde-doença dos trabalhadores implicado ao processo de trabalho. De modo sintético, intensificação do trabalho é entendida como uma dimensão social particular da exploração do trabalhador, resultado e processo histórico de obtenção de um maior *quantum* de trabalho por unidade de tempo, que se efetiva pela expropriação do conhecimento técnico e social do trabalhador no processo de trabalho. Tal conhecimento é condição básica de proteção da saúde dos trabalhadores. Conceitualmente, o objeto intensificação do trabalho e saúde do trabalhador pode ser definido e estudado nas práticas específicas de exploração/expropriação tendentes a enfraquecer a capacidade coletiva do trabalhador, para proteger sua saúde e, principalmente, para questionar as determinações dos problemas e dos agravos à sua saúde (PINA; STOTZ, 2014, p. 156).

É possível observar que os autores preocuparam-se em retomar o conceito de determinação social em saúde, uma vez que este campo de conhecimento e de práticas está em constante construção e disputa. A intensificação do trabalho e saúde não deve ser, portanto, reduzida somente à identificação de resultados e à mensuração de agravos à saúde dos trabalhadores. Caracteriza-se, em essência, por ser uma acareação sistemática às formas de resistência individual ou coletiva dos trabalhadores em aderir à lógica arbitrária de dada instituição/empresa, tendendo a furtar destes a capacidade de proteção de danos à saúde e de questionamento da determinação social dos agravos à sua saúde (PINA; STOTZ, 2014, p. 156).

Dada a complexidade da intensificação do trabalho e saúde, os autores ressaltam a importância do estudo de dois aspectos ao se tratar deste tema, elencados abaixo:

- a) O primeiro aspecto a se observar seria a dinâmica de “perda, enfraquecimento ou ausência do coletivo” e suas implicações para os agravos em saúde, ou em outras palavras, as práticas de exploração/expropriação do saber dos trabalhadores (PINA; STOTZ, 2014, p. 156).
- b) O segundo aspecto a se observar seria a “própria percepção de perda, enfraquecimento ou ausência do coletivo”, sendo esta produtora de desgaste mental e sofrimento difuso (PINA; STOTZ, 2014, p. 156).

Tendo delimitados os aspectos a serem observados quando se estuda intensificação do trabalho e saúde, depreende-se que ambos subsidiam os sindicatos com elementos úteis para denúncia e defesa de direitos dos trabalhadores. O papel dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho e de qualidade de vida é inegável na história recente da humanidade, mas também é inegável a ofensiva do capital na atual conjuntura de reestruturação produtiva do capital. Neste mesmo sentido, Lara (2011) conclui que as reivindicações em defesa da saúde do trabalhador devem ser agenda principal de luta tanto da prática sindical quanto de profissionais e gestores de políticas públicas, trazendo à tona a reflexão acerca dos cursos de formação de profissionais componentes do quadro de funcionários atuantes nas políticas de atenção à saúde do trabalhador, o que possibilitaria que estes profissionais reconheçam a relação de tensão entre capital e trabalho. Esta reflexão aponta para discussão do tema tendo como base a centralidade do trabalho, mas esta questão poderia ser melhor aprofundada em estudo específico acerca da ação sindical devido a sua importância estratégica, fugindo do escopo do presente projeto de pesquisa.

Diante da conjuntura de precarização do trabalho e do crescente número de adoecimentos e mortes decorrentes do ambiente de trabalho, é urgente que a classe trabalhadora se aproprie de informações sobre ST. A pouca discussão existente entre os quadros sindicais gira em torno da questão econômica, e não emancipatória. Para José Reginaldo Inácio (2017), há um pacto de sujeição de certos trabalhadores que é aceito socialmente, permissivo ao esgotamento da saúde de uns ao passo que protege a saúde de outros (INÁCIO, 2017). Além disso, o foco no erro humano prevalece sobre o erro administrativo, imperando a lógica da culpabilização do trabalhador ao invés de responsabilizar o sistema produtivo (INÁCIO, 2017). Nesse sentido, a conclusão presente em Nota Técnica do DIEESE endossa e acrescenta a proposição de Ricardo Lara (2011), uma vez

que “...estar organizado no local de trabalho, envolver os trabalhadores, superar uma ação sindical com viés meramente tecnicista e normativo no campo da saúde poderiam se constituir em pontos prioritários da agenda sindical da saúde do trabalhador.” (DIEESE, 2016).

Tendo em vista que a intensificação do trabalho incide sobre a saúde dos trabalhadores por meio da supressão de sua capacidade de contestação da determinação social dos agravos à sua saúde, torna-se urgente a formação crítica de profissionais e gestores de políticas de saúde que leve em conta o saber dos trabalhadores. Urge também a ampliação da compreensão e ação sindical sobre intensificação do trabalho e saúde do trabalhador, tendo em vista a atual derrocada de um dos últimos bastiões da classe trabalhadora a partir da Reforma Trabalhista e do fim do imposto sindical obrigatório. Em tempos de retrocesso, observar o trabalho enquanto central na análise é essencial para propor alternativas e intervenções que se somem no enfrentamento ao capital e à subsunção do trabalho ao capital.

Diante de tais constatações, a presente pesquisa, inserida e desenvolvida junto ao ANDES-UFSC buscou investigar a intensificação do trabalho docente em relação à saúde dos trabalhadores docentes na UFSC a partir da percepção de trabalhadores docentes filiados à seção sindical do ANDES na UFSC localizados no Centro de Ciências da Educação. Neste estudo, pretende-se identificar as dimensões da exploração do trabalho docente a partir dos relatos das entrevistas, interpretando-as à luz do conhecimento produzido e acumulado no campo da Saúde Coletiva e Saúde do Trabalhador.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada na forma de um estudo transversal de natureza aplicada e abordagem qualitativa, priorizando a profundidade do tema a partir das percepções, significados e sentidos atribuídos pelos docentes efetivos do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e filiados à Seção Sindical do ANDES na UFSC. O presente estudo foi realizado no município de Florianópolis, em Santa Catarina, na Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis, entre os meses de dezembro de 2017 a agosto de 2019.

A proposta de estudar a intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes da UFSC foi feita ao ANDES-SN na UFSC em novembro de 2017 e em posterior reunião de apresentação da proposta de estudo realizada em 8 de dezembro do mesmo ano com membros do sindicato. A autora da presente dissertação e o professor orientador tinham conhecimento da intenção do sindicato de realizar um estudo sobre a saúde dos trabalhadores docentes da universidade, e por este motivo, alinhado à preocupação em se realizar um estudo que pudesse dar elementos concretos ao movimento sindical, foi realizada a proposta de estudo conjunto. Após a reunião de dezembro de 2017, foram realizadas outras seis reuniões entre fevereiro de 2018 a maio do mesmo ano a fim de construir o projeto conjunto e delimitar a fundamentação teórica e método que seriam utilizados no estudo. Foi elegida a *Cartilha de orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente* (ANDES-SN, 2016) como orientadora da construção do roteiro de entrevista dos docentes (Apêndice A), pensado e adaptado à realidade da UFSC. Importante salientar que optou-se em reunião junto ao sindicato por não submeter o projeto à aprovação do comitê de ética da instituição.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental prévia, a fim de conhecer os debates, produções e fatos acerca da intensificação do trabalho e saúde docente, permitindo assim uma delimitação conceitual mais precisa do tema, fundamentada nos preceitos da Saúde do Trabalhador e da Saúde Coletiva. Foram consultadas as bases de dados da área da saúde Medline/Pubmed, Scopus, Web Of Science, Cinahl, Lilacs, Bdenf e Scielo a fim de verificar o “estado da arte” acerca das produções sobre o tema entre 2009 a 2018, utilizando os termos “Docente”, “Saúde do Trabalhador”, “Instituição de Ensino Superior” e “Trabalho” em português e seus correspondentes no inglês e no espanhol.

Após a pesquisa documental, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com 11 docentes efetivos e filiados à seção sindical do ANDES na UFSC, intencionalmente convidados pela direção da seção sindical com atenção para o convite a trabalhadores docentes com ano de ingresso nas décadas de 1990, 200 e 2010. O roteiro de entrevista foi composto por uma parte referente a dados sócio-ocupacionais, e a segunda parte referente à percepção dos entrevistados acerca do processo de trabalho implicado à sua própria saúde.

As entrevistas foram realizadas entre maio de 2018 a agosto de 2019, orientadas pelo Roteiro de Entrevista disponibilizado no Apêndice 1 desta dissertação, e gravadas em arquivo de áudio para posterior transcrição e análise. O arquivo digital de gravação de voz e a

transcrição completos estão disponíveis em pendrive anexo a esta dissertação. As entrevistas compuseram-se pela mestranda ou pelo professor orientador como entrevistadores, e por um docente entrevistado individualmente, totalizando 11 entrevistas. Ainda como instrumento de trabalho encontra-se o diário de campo, registro informal elaborado desde a primeira reunião com o ANDES-UFSC que não será reproduzido na íntegra pelo estudo, mas que permitiu a complementação de informações e a análise e interpretação dos dados.

O tratamento dos dados coletados seguiu a técnica elencada por Gomes (2002) no quarto subcapítulo (*Uma proposta dialética para a análise dos dados*) do quarto capítulo do livro *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (MINAYO et al, 2002). Para o autor, uma técnica de interpretação qualitativa de dados possível seria o *método hermenêutico-dialético* proposto por Minayo (1992 apud GOMES, 2002), segundo o qual “a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida” (GOMES, 2002, p. 77). A proposta da autora pressupõe dois níveis de interpretação: um que deve apresentar o contexto sócio-histórico no qual o grupo estudado se insere, o qual foi exposto nos subcapítulos 3.1 a 3.3 da presente dissertação, com exceção do subcapítulo 3.1.1, e que subsidiaram as categorias delimitadas nos resultados da pesquisa. O segundo nível de interpretação, seguindo a orientação de Minayo (1992 apud GOMES, 2002) se alicerçou na confluência entre o contexto apresentado no primeiro nível de interpretação juntamente com a análise da instituição apresentada no subcapítulo 3.1.1, e na fala e na observação a partir das entrevistas realizadas.

Cumprindo os passos operacionais sugeridos por Minayo (1992 apud GOMES, 2002, p. 78), num primeiro momento os dados das entrevistas gravadas foram transcritos na íntegra e para cada entrevistado foi estabelecido um código numérico para facilitar o ordenamento do material coletado e preservar a identidade dos participantes. Posteriormente foi realizada a leitura exaustiva e a categorização a partir dos elementos relevantes na fala dos entrevistados. Por fim, foi realizado um reagrupamento dessas segundo sua categoria temática articuladas ao referencial teórico adotado na presente pesquisa, configurando assim a *Análise Final* indicada por Minayo (1992 apud GOMES, 2002, p 78).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o inciso II, artigo 60, do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC, os resultados da pesquisa serão apresentados em artigo científico que será submetido a um periódico reconhecido na área.

4.1. ARTIGO

Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores docentes sindicalizados de um centro de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de intensificação do trabalho implicado à saúde dos trabalhadores docentes efetivos e sindicalizados do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Fundamentado nos princípios da Saúde Coletiva e da Saúde do Trabalhador, foi realizado um estudo transversal de caráter exploratório, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental seguida de entrevista semiestruturada realizada com 11 trabalhadores docentes intencionalmente convidados, entre maio de 2018 e agosto de 2019, com base no questionário elaborado em conjunto com o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da Seção Sindical do ANDES-SN, seção UFSC. O tratamento dos dados seguiu o método hermenêutico-dialético, por meio da qual foram identificadas as seguintes categorias: ritmo de trabalho, prolongamento do trabalho, administração por estresse e aspectos subjetivos e ideologia. Os resultados evidenciaram as práticas de exploração e expropriação do saber dos trabalhadores explicitadas nas categorias encontradas, além da percepção para $\frac{2}{3}$ dos entrevistados de que há adoecimento dos docentes associado ao processo de trabalho intensificado. Como estratégias de enfrentamento elencadas pelos entrevistados encontram-se as práticas individuais de autocuidado como atividades físicas, terapia, gestão do tempo, e práticas coletivas como o compartilhamento de tarefas e cuidado mútuo entre colegas relacionado à percepção compartilhada de sobrecarga e estresse, evidenciando contudo a individualização do sofrimento como aspecto contraditório produto do enfraquecimento da dimensão coletiva. O estudo contribuiu para a continuidade da concepção da intensificação do trabalho e saúde enquanto objeto de estudo do campo da Saúde do Trabalhador, e traçou a análise procurando resgatar a valorização do saber e da

memória deste grupo de trabalhadores como aspecto de favorecedor da capacidade coletiva de ação contra os agravos e problemas à sua saúde.

Palavras-chave: Intensificação do trabalho e saúde; Saúde do Trabalhador; Trabalho docente em IFES; Saúde do trabalhador docente.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of intensification of work and the consequences on the health of permanent and unionized teaching workers at the Educational Sciences Center of the Federal University of Santa Catarina. Based on the precepts of Collective Health and Occupational Health, a cross-sectional study of an exploratory nature, of an applied nature and a qualitative approach, was carried out, prioritizing the depth of the theme from the perceptions of the interviewees. Data collection took place through documentary research followed by semi-structured interviews conducted with 11 teaching workers who were intentionally invited, from May 2018 to August 2019, based on the questionnaire prepared jointly with the Social Security and Retirement Affairs Working Group of the ANDES-SN Union Section, UFSC section. The treatment of the data followed the hermeneutic-dialectic method, through which the following categories were identified: work rhythm, prolonged work, stress management and subjective aspect. The results showed the practices of exploitation and expropriation of workers' knowledge made explicit in the categories found, in addition to the perception for $\frac{2}{3}$ of the interviewees that the teachers are ill associated with the intensified work process. As coping strategies listed by the interviewees are the individual self-care practices such as physical activities, therapy, time management, and collective practices such as task sharing and mutual care between colleagues related to the shared perception of overload and stress, showing however the individualization of suffering as a contradictory aspect resulting from the weakening of the collective dimension. The study contributed to the continuity of the concept of intensification of work and health as an object of study in the field of Occupational Health, and traced the analysis seeking to rescue the valorization of knowledge and memory of this group of workers as an aspect that favors the collective capacity of action against health problems and problems.

Keywords: Work intensification and health; Workers' Health; Faculty work; Faculty worker's health.

INTRODUÇÃO

O presente artigo contém o relato de uma pesquisa construída e realizada em conjunto com Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), seção sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina (ANDES-SN na UFSC), no período de um ano e meio, junto a trabalhadores docentes filiados a este sindicato e lotados do Centro de Ciências da Educação da UFSC. A intenção da seção sindical em realizar um estudo acerca da saúde dos trabalhadores aplicado à realidade da instituição possibilitou a concretização desta pesquisa, inserida no campo da Saúde do Trabalhador (ST) e orientada pelos fundamentos da Saúde Coletiva.

O estudo parte da análise das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas, com enfoque na universidade pública brasileira, e discute a intensificação do trabalho docente em instituições federais de ensino superior e suas implicações no modo de vida e na saúde destes trabalhadores. Na tentativa de sistematizar dados concernentes ao processo de trabalho docente e as implicações na saúde destes, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de intensificação do trabalho docente implicado à saúde dos trabalhadores docentes efetivos e sindicalizados, a partir da percepção destes trabalhadores.

O contexto de avanço neoliberal, a partir da década de 1970, ganha contornos singulares no Brasil a partir dos anos 1990, impulsionado principalmente pelas consequências do regime ditatorial de 1964-1985. Ricardo Antunes (2018) assinala que o processo de reestruturação produtiva do capital nesse período gera uma nova dinâmica no padrão de acumulação capitalista no país, propiciando uma expansão do setor terciário com adoção de “novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados ‘participativos’ [...]” (ANTUNES, 2018, p. 118 e 119). Em razão das transformações internas na economia brasileira, o mesmo se aplica ao setor público, o que incide diretamente em políticas públicas, programas e ações governamentais.

As universidades públicas, em especial as federais, foram incluídas no Plano Diretor da Reforma de Estado de 1995, como serviços não essenciais do Estado, portanto passíveis de

privatização. Este foi um momento marcado por ajustes fiscais e diminuição do orçamento federal direcionado às instituições federais de ensino superior, fatores que culminaram em uma redefinição da cultura universitária. De acordo com Sguissardi e Silva Junior (2009), essas transformações mascaradas pela flexibilização, nada mais são que a precarização das relações e condições de trabalho pautadas na exigência por metas, qualidade e excelência produtivas. Não obstante, no mesmo período citado atuaram de forma mais contundente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES instituindo o Modelo CAPES de Avaliação (BIANCHETTI; VALLE, 2014), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que seria “um forte indutor de pesquisas aplicadas”, enquanto a primeira seria “a agência reguladora da pós-graduação, que se torna o pólo irradiador da efetiva reforma universitária em curso (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009, p. 46).

A década de 1990 e início dos anos 2000 foi um período marcado por greves em defesa da educação pública e gratuita, sucedido de outro período em que inicia-se um processo de expansão e interiorização dos campi das universidades federais a partir do ano de 2003. Com a promulgação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) é instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com início em 2008. Sucessor do Programa de Expansão Fase I das universidades federais, iniciado em 2003 (BRASIL, 2009), o REUNI tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, estabelecendo metas de expansão física, acadêmica e pedagógica das instituições devido “ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2009, p. 3).

Posteriormente à fase de expansão, iniciou-se um segundo momento de reajustes orçamentários, quando da publicação da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 que instituiu novo regime fiscal e o teto de gastos públicos, em especial para saúde e educação públicas. Neste contexto, após o impedimento da presidente Dilma Rousseff e governo do presidente Michel Temer (setembro de 2016 - 2018), tem início um declínio acentuado no orçamento da União direcionado às universidades federais, principalmente em recursos de custeio - aplicados em despesas com contratações e aquisições de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas, benefícios estudantis e de capital.

Tendo como base as políticas oficiais para a educação superior pública em um contexto de reestruturação produtiva do capital, destaca-se o papel estratégico que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm para a análise que se pretende traçar. Estudos apontam que as IFES foram um dos setores que mais sofreram redução do financiamento federal (BOSI, 2007; SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009; LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017; MORENO, 2018), fator este que juntamente a alterações nas políticas educacionais e reforma trabalhista têm repercussões diretas para as universidades federais, criando um cenário de intensificação e precarização do trabalho docente.

Cabe ressaltar que a realização das entrevistas ocorreu concomitante às eleições presidenciais no Brasil de 2018, bem como às recentes reformas Trabalhista e Previdenciária, fatores que estiveram presentes nas falas dos entrevistados(as) e que serão pormenorizados na discussão dos resultados. As entrevistas foram realizadas nos anos de 2018 e 2019, períodos conturbados para a educação pública em função de mudança de governos e de perspectivas ético-políticas que influenciam diretamente a tomada de decisões no poder público federal. No primeiro, ocorriam as eleições para presidente da república e governos estaduais, e no segundo, houve duas greves em defesa da universidade pública e contra o contingenciamento orçamentário anunciado no primeiro semestre de 2019, que na UFSC representou 35% do orçamento, posteriormente liberado.

Outra observação importante está relacionada à dissolução da seção sindical ANDES-SN na UFSC em junho de 2020 - em consonância com a Lei 14.010/2020 (BRASIL, 2020), aprovada durante a pandemia de Covid-19 - foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução da seção sindical do ANDES-SN na UFSC, em função de decisão judicial favorável à Apufsc-Sindical emitida pela 1ª Vara da Justiça do Trabalho (ANDES-SN, 2020).

MARCO TEÓRICO E PERCURSO METODOLÓGICO

O marco teórico da pesquisa segue a proposta conceitual realizada por José Augusto Pina e Eduardo Navarro Stotz (2014; 2015) para quem a intensificação do trabalho e saúde deve ser admitida como objeto de estudo da ST. Os autores apontam que as pesquisas sobre

intensificação do trabalho nos diversos campos de conhecimento científico abordam o tema como resultado ou como análise de magnitude, na qual dois momentos (anterior comparado ao posterior) são considerados de forma isolada na tentativa de estabelecer nexos com problemas ou agravos à saúde dos trabalhadores. Porém, os autores alertam que “esse procedimento pode obstruir ou ofuscar o estudo das características concretas do processo de intensificação do trabalho e suas implicações na saúde” (PINA; STOTZ, 2015).

A pesquisa fundamentou-se nos princípios da Saúde Coletiva/Saúde do Trabalhador, tendo como pressuposto a determinação social do processo saúde-doença, entendendo que a saúde dos seres humanos está relacionada à forma como a sociedade organiza seus modos de produção e reprodução da vida ao longo da história. Formulado pela Medicina Social Latino-Americana e influenciado pela experiência do Movimento Operário Italiano na década de 1970 que evidencia a classe trabalhadora como protagonista na formulação de conhecimento e de políticas públicas (LACAZ, 2007), o conceito de determinação social do processo saúde-doença é retomado por Pina e Stotz (2014) ao analisar o processo de intensificação do trabalho e saúde como uma dimensão particular da exploração e expropriação do saber dos trabalhadores. Sendo assim, o conhecimento em saúde do coletivo de trabalhadores é essencial tanto para buscar entender as determinações do processo saúde-doença destes, relacionado ao trabalho, quanto para pensar o enfrentamento e implementação de mudanças a fim de proteger e promover saúde (SOUZA; PINA; SOUZA, 2019). Nesse sentido, o presente artigo utiliza a seguinte definição conceitual de intensificação do trabalho e saúde:

[...] o processo de intensificação do trabalho corresponde a uma dimensão particular da exploração do trabalhador, processo contraditório e histórico de obtenção de um maior *quantum* de trabalho em dado período de tempo que se efetiva pela expropriação do conhecimento (experiência) do trabalhador no processo de trabalho (PINA; STOTZ, 2014, p. 156).

A definição conceitual apresentada pelos autores difere, sem excluir, da produtividade, da intensidade e do prolongamento do trabalho. Essa distinção é necessária para destacar o processo de exploração do trabalho em sua concepção marxiana, e de “expropriação/apropriação do aprendizado coletivo dos trabalhadores pela gerência para vencer a resistência e, tanto mais, obter a mobilização operária” (HATZFELD, 2004 apud PINA; STOTZ, 2015). O trabalho docente no ensino superior público, diferente do trabalho operário estudado pelos autores, não possui a figura da gerência que se apropria do

conhecimento prático deste grupo de trabalhadores para aplicar novas regras de trabalho e novas condutas no manejo de equipamentos. No entanto, a aplicação de novas regras de avaliação trienal de programas de pós-graduação ou de novos parâmetros de produtividade, que culminam no direcionamento ou corte de recursos e de bolsas de estudo para estudantes, ocorre por meio de agências de fomento à pesquisa, como é o caso da CAPES no estabelecimento de parâmetros de avaliação, e do CNPq no direcionamento de recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico para algumas áreas do conhecimento.

Realizado entre os anos de 2018 e 2019, com 11 professores de magistério superior com dedicação exclusiva, o estudo qualitativo aborda por meio de entrevista semiestruturada a jornada e condições de trabalho, sentimentos em relação ao trabalho, aspectos relativos à saúde e ao modo de gestão do tempo, impressões gerais sobre a própria atuação como docente, sobre a universidade e sobre estratégias de enfrentamento. A análise dos dados seguiu o *método hermenêutico-dialético* proposto por Minayo (1992) o qual pressupõe dois níveis de interpretação: um que deve apresentar o contexto sócio-histórico no qual o grupo estudado se insere, e que subsidiaram as categorias delimitadas nos resultados da pesquisa; e um segundo nível de interpretação, alicerçado na confluência entre o contexto apresentado no primeiro nível de interpretação juntamente com a análise da instituição, da transcrição das entrevistas e das anotações em diário de campo. Posteriormente foi realizada a leitura exaustiva e a categorização a partir dos elementos relevantes na fala dos entrevistados. Por fim, foi realizado um reagrupamento dessas segundo sua categoria temática articuladas ao referencial teórico adotado na presente pesquisa, os quais serão apresentados nos resultados e discussão. Para preservar a identidade dos entrevistados, foram-lhe atribuídos nomes fictícios quando da necessidade de menção direta à fala dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhadores docentes entrevistados tinham entre 37 e 66 anos de idade no momento da realização da entrevista, sendo 8 entrevistadas do gênero feminino e 3 do gênero masculino. Todos ocupavam o cargo de professores de magistério superior, possuíam vínculo de trabalho em regime de dedicação exclusiva, com ano de ingresso na instituição entre 1994

e 2014. Como dados gerais, concordaram que o adoecimento dos docentes pode estar associado ao trabalho, e dos 11 entrevistados, 3 relataram ter enfrentado recentemente ou estar enfrentando problema de saúde relacionado ao trabalho no momento da entrevista.

Importante salientar que a universidade pública federal em que os entrevistados estavam lotados aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na primeira chamada realizada pelo programa em 29 de outubro de 2007 para início da implantação no primeiro semestre de 2008 (BRASIL, 2009), sendo que a expansão do número de vagas teve início já no mesmo ano. Também é importante observar que com a aprovação e publicação da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, o orçamento da União destinado à UFSC diminuiu consideravelmente ano após ano, sendo que em 2019 a instituição sofreu com o bloqueio orçamentário instituído pelo Decreto Nº 9.741 de 29 de março de 2019 (BRASIL b, 2019) que, mesmo sendo desbloqueado no segundo semestre do mesmo ano, causou prejuízos à instituição por conta do contingenciamento de gastos realizado naquele momento.

Outros eventos importantes que incidiram sobre a realidade dos trabalhadores da educação pública foram a Reforma da Previdência instituída pela Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019 (BRASIL a, 2019), e a Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017) que teve como desdobramentos o enfraquecimento do movimento sindical após o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

Tendo em vista o cenário de precarização do trabalho no ensino superior público e da ciência brasileira, ocasionado pelos eventos na esfera federal (REUNI, cortes orçamentários, etc), o presente estudo objetiva analisar como estes eventos manifestos na intensificação do trabalho afetam a saúde dos trabalhadores docentes, a partir da percepção destes. Diante desse contexto, serão abordadas a seguir as dimensões da intensificação do trabalho que emergiram com a leitura e interpretação da transcrição das entrevistas.

A análise dos dados é apresentada em um primeiro momento na exposição dos resultados com base no relato dos professores entrevistados, e posteriormente é realizada a discussão com base no referencial teórico. Seguindo a proposta do método hermenêutico-dialético, inicialmente foi feita uma primeira análise que resultou em categorias elencadas diretamente da fala dos entrevistados. Posteriormente a essa categorização inicial, recorreu-se novamente à literatura acadêmica do campo da ST a fim de buscar as definições e

delimitações das categorias do processo de trabalho, fato que culminou no reordenamento e agrupamento das categorias iniciais, resultando em seis categorias: ritmo de trabalho, prolongamento do trabalho, administração por estresse, condições de trabalho, trabalho externo e aspecto subjetivo e ideologia.

Estas condições são vivenciadas pelos trabalhadores docentes em seu cotidiano e a noção que detêm de sua saúde e da relação destas dimensões com a saúde estiveram presentes nas entrevistas. Ao serem indagados sobre práticas cotidianas relacionadas ao trabalho docente, sobre condições de saúde e relações de trabalho, estas dimensões da intensificação do trabalho e saúde manifestaram-se a partir dos relatos da experiência cotidiana de trabalho e de autocuidado, de participação nas lutas por ampliação de direitos para a categoria e na comunidade.

Ritmo de trabalho

Uma dimensão presente na categorização foi o ritmo de trabalho manifesto pela exigência de cumprir metas de produção acadêmica e pelo acúmulo de tarefas intensificado pela redistribuição de trabalho administrativo e ao uso de tecnologias e redes sociais que permitem a disponibilidade dos sujeitos à instituição, aos usuários e a seus colegas em tempo integral.

O ritmo de trabalho docente é marcado pela cadência entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Porém, algumas atividades exigem maior tempo dedicado combinado à observância de prazos, como é o caso da pós-graduação e das atividades administrativas e de gestão. A primeira exige metas de produção acadêmica para que o docente se mantenha vinculado ao programa de pós-graduação, fato que aumenta o constrangimento interpessoal e autocobrança e pode resultar em sofrimento naqueles que, por diversas razões, não conseguem alcançar tais metas:

[É difícil] a relação com os colegas que produziram e isso tem repercussão com o coletivo porque o seu desempenho ajuda na média né, então a gente é cobrado [...].

O ritmo de trabalho intensificado que se estabelece a partir das exigências de produtividade na pós-graduação aliam-se ao acúmulo de tarefas que esta gera, como orientação de alunos de mestrado e doutorado, participação em reuniões de colegiado,

representação em colegiado, bancas de qualificação e defesa, processo seletivo, além da carga horária de ensino que aumenta. Apesar dos prazos de avaliação dos programas de pós-graduação manterem-se constantes, o mesmo não se aplica aos parâmetros de produtividade para que se mantenha o mesmo nível de avaliação, que a cada triênio podem modificar. Este fato desencadeia intensificação no ritmo de trabalho, uma vez que para adequar a produção acadêmica aos prazos estabelecidos são necessárias novas estratégias, alteração de planos e tipos de publicação.

Essas exigências da pós-graduação combinadas à redistribuição de trabalho administrativo foram apontadas como as atividades de maior exigência e desgaste, com repercussões na saúde e na relação com os colegas.

[...] a gente assume na universidade pública, sobretudo tarefas de ensino, pesquisa, extensão e administração, nós somos gestores de nós mesmos e fazemos a gestão, e ao fazermos a gestão democrática que é mais um mérito da maneira como se organiza a universidade, nós o fazemos com os nossos próprios pares, o que também significa um acréscimo de desgaste, um acréscimo de sofrimento nessas relações [...].

Ademais, outro fator que intensificou o ritmo de trabalho docente na instituição foi o aumento da relação estudante/professor, bem como a relação estudante/técnico-administrativos em educação (TAEs). A Tabela 1 ilustra o aumento dessas relações na UFSC entre os anos de 2006 a 2019, na qual destacam-se os anos posteriores à implementação do REUNI.

Tabela 1. Quantitativo de discentes de ensino superior, docentes e TAEs da UFSC.

Ano	Número de estudantes Graduação e Pós-Graduação	Número de Docentes da Educação Superior	Relação estudante/professor	Número de TAEs	Relação estudante/TAE
2006	25.053	1.600	15,65	2.927	8,55
2007	28.918	1.632	17,71	2.783	10,39
2008	29.590	1.610	18,37	2.868	10,31
2009	33.693	1.649	20,43	2.809	11,99
2010	40.602	1.893	21,44	2.879	14,10

2011	40.423	1.924	21,00	3.005	13,45
2012	40.796	1.952	20,89	3.103	13,14
2013	47.430	2.050	23,13	3.113	15,23
2014	45.091	2.170	20,77	3.174	14,20
2015	44.025	2.285	19,26	3.217	13,68
2016	45.932	2.316	19,83	3.242	14,16
2017	45.269	2.320	19,51	3.194	14,17
2018	40.082	2.375	16,87	3.165	12,66
2019	38.294	2.413	15,86	3.071	12,46

FONTE: Tabela elaborada pela autora com base nos dados dos Relatórios UFSC em Números (DPGI/SEPLAN - UFSC, 2013; 2016; 2019).

Em estudo realizado entre 2009 e 2010 com 96 docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (de 26 a 68 anos de idade), foi possível observar que a elevação da demanda de trabalho como o elevado número de orientandos, a imposição de parâmetros de produtividade, e o processo de trabalho impactaram a saúde dos docentes universitários e a qualidade da produção acadêmica (BORSOI, 2012, p. 87). Nesse sentido, encontra-se o estudo de Bosi (2007) que articulou dados de universidades públicas e privadas, com referencial central na mercantilização da educação, e concluiu que a precarização no trabalho docente representada pelo aumento da razão professor/aluno aliado à pressão pelo produtivismo e à canalização de recursos para áreas mais rentáveis geram condições de trabalho baseadas na competitividade, no empreendedorismo e no voluntarismo, culminando na transformação da educação em mercadoria, na frustração e no adoecimento dos trabalhadores docentes.

Os estudos elencados acima referem-se a um momento anterior e de início de implantação do REUNI. No entanto, a realidade da UFSC e o momento em que a pesquisa foi realizada diferem no que foi apresentado por Bosi (2007) no que diz respeito à relação estudante/professor a partir do ano de 2018, apresentando queda significativa em função da redução do número de estudantes de graduação e de pós-graduação e do aumento da contratação de professores, comparado à manutenção da relação estudante/TAEs que se manteve alta. Este dado pode vir ao encontro do que foi detectado nas entrevistas, em que os

docentes relatam a atividade administrativa como fonte de desgaste e sofrimento, uma vez que a reposição de TAEs não acompanhou as demandas da instituição ao longo do tempo.

Prolongamento do trabalho

Em relação ao prolongamento da jornada de trabalho, o horário flexível, a dedicação exclusiva, as tecnologias e redes sociais compuseram a presente categoria manifesta na extrapolação das 40 horas semanais, no trabalho noturno e em finais de semana e na disponibilidade em tempo integral. O horário flexível visa possibilitar maior autonomia para que o docente escolha os horários de suas atividades, bem como a forma de organizá-las em sua rotina de trabalho. Foi possível identificar que o regime de dedicação exclusiva aliado ao horário flexível e às tecnologias e redes sociais produzem como efeito a disponibilidade integral do tempo do docente para o trabalho, ou seja, uma ininterrupção do trabalho, fator que se intensifica em momentos de finalização de prazos de entrega de trabalhos e avaliações e bancas de defesa, que foram elencados em unanimidade pelos entrevistados como períodos de maior desgaste e aumento de ansiedade.

Ocorre que por vezes o entendimento do horário flexível pelos familiares e pela sociedade em geral se torna distorcido, e por vezes é entendido como “menos trabalho”:

Então a flexibilidade não significa menos trabalho, as pessoas entendem essa flexibilidade como tendo menos trabalho né, e na verdade assim eu estou em casa mas eu estou corrigindo prova, eu estou organizando aula, eu estou tentando estudar, estou respondendo whatsapp de aluno que eu estou orientando, estou mandando email para os alunos, eu estou fazendo o cronograma das aulas, então eu estou em casa mas eu estou trabalhando mesmo que eu não esteja aqui [na universidade]. Então eu acho que apesar da gente ter a dedicação exclusiva de quarenta horas de fato nós trabalhamos muito mais do que quarenta horas.

Como ressaltou uma entrevistada, a [...] flexibilização não significa você ter mais tempo. Por exemplo, eu posso estar trabalhando aqui ou na minha casa, mas a universidade não me permite trabalhar menos. E com a questão, por exemplo, das redes sociais e internet, a gente passou a trabalhar muito mais. Com o trabalho noturno e em finais de semana e sacrifício de horário de almoço para cumprir as exigências e prazos, o horário de sono e

reposição do corpo e a alimentação ficam comprometidos, resultando por vezes em adoecimento e em abuso de substâncias, além de medicalização, conforme percepção presente no relato de quatro dos onze entrevistados. O comprometimento da qualidade do ensino e da produção acadêmica, mas principalmente da saúde dos trabalhadores docentes se torna evidente a partir destes relatos. Nesse sentido, uma entrevistada ilustra a situação: *Mas nesse contexto atual me parece que a gente também não está conseguindo fazer isso com a qualidade requerida e também a gente não está conseguindo fazer com que a nossa própria vivência, a nossa própria experiência de vida para além da universidade se desconecte do nosso próprio trabalho.*

Administração por estresse

A administração por estresse abrange subcategorias que demonstram como se manifesta a utilização do “ [...] estresse como instrumento gerencial para manter a pressão permanente sobre os operários para elevação da produtividade” (PINA; STOTZ, 2015). O presente estudo fundamentou-se conceitualmente e na construção do estudo de Pina e Stotz (2014, 2015), porém, apesar de ter como objeto a intensificação do trabalho e saúde tal qual o estudo dos autores mencionados, tem como população e lócus de estudo respectivamente os trabalhadores docentes e a universidade pública federal, que diferem tanto na natureza quanto nas condições do trabalho operário de uma indústria automotiva. Dessa forma, a análise, tomando como modelo o estudo de Pina e Stotz (2014, 2015), possui categorias, formas de organização e atores com especificidades distintas do trabalho industrial.

A presente categoria é composta por subcategorias que apresentam as formas pelas quais o estresse se manifesta tanto como impedimento quanto tentativa de evitar o constrangimento de não atingir as metas estabelecidas por órgãos governamentais, sendo esse constrangimento tanto a nível pessoal quanto coletivo. As subcategorias são o trabalho administrativo, características da instituição (condições de trabalho e sistemas), políticas públicas para a educação, e trabalho externo.

O trabalho administrativo foi mencionado nas entrevistas como o mais penoso, um trabalho que “ninguém quer”, como “o maior peso que existe na universidade”. De acordo com o artigo 70, parágrafo único, do Estatuto da UFSC, as atividades administrativas exercidas pelos docentes integrantes de carreira do magistério superior são compreendidas

como “as funções de administração universitária afetas a atividades-fim” (UFSC, 2020), e constam como atividades do magistério, conforme no inciso III do mesmo artigo, “as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na UFSC ou em órgão do Ministério da Educação” (UFSC, 2020). Uma possível explicação para esse fenômeno foi dada por um entrevistado:

[...] o lugar da chefia, de modo geral, as pessoas olham como um local um pouco de não-desejo, de tentar evitar de passar por aqui, porque eu me afasto das atividades que eu gosto de fazer de ensino, pesquisa e extensão, me traz trabalhos administrativos, burocráticos, então isso eu não quero, a princípio tenho essa ... Mas é um trabalho que nós temos que entre nós fazer.

Outra manifestação relacionada aos motivos que podem explicar tal sentimento negativo direcionado ao trabalho administrativo exercido pelos docentes foi expresso por outro entrevistado que exercia função de administração no momento da realização da entrevista, e compartilhou com o entrevistador como se sentia em relação à função:

[...] quando nós assumimos funções administrativas também é muito grave, a gente adoce muito, fica muito sozinho. Eu recentemente fui coordenador [de curso], então me sentia muito solitário na minha função, é como se não tivesse ninguém para dialogar ou para conversar, e tomar decisões né, então acho que isso leva a gente a um processo de adoecimento.

Em relação às características da instituição e sistemas, encontram-se informações concernentes às condições de trabalho, como os sistemas utilizados no trabalho e que permitem registro de jornada, de atividades e relatórios, estrutura predial, bem como a resoluções da instituição que disciplinam as atividades exercidas na universidade. Estas subcategorias foram as que obtiveram menor menção comparadas às demais categorias, mas permitem conhecer condições de trabalho aplicáveis tanto ao conjunto de docentes da UFSC quanto aos conjunto de docentes do centro de ensino da UFSC. Características como a alimentação de sistemas e relatórios e normativas da instituição aplicam-se à categoria docente como um todo. Foram mencionadas resoluções da instituição que são conflitantes entre si e que resultam em impactos diretos no processo e nas condições de trabalho, assim

como contradições em instrumentos de planejamento e procedimentos de registro em sistemas que produzem efeitos como insatisfação, sobrecarga de trabalho e invisibilização da jornada de fato executada, ilustrado pelo relato a seguir:

Não tenho mais tempo para estudar, eu venho para cá todos os dias, eu saio daqui esgotada, e essa semana eu não terminei o que eu tinha que fazer de tantas tarefas, eu faço listas e listas, e muito dessas listas tem a ver com esse trabalho burocrático que eu estava te falando que é preencher formulário e fazer relatório de coisas que não precisaria você registrar o projeto e depois fazer o relatório. Por exemplo, uma palestra eu que vou dar, a palestra que eu vou dar bastava você registrar que a palestra foi feita tal dia, tal hora. Não, você tem que abrir um formulário, abrir uma ação de um registro lá, aí o coordenador de extensão vai dar um ok, depois você faz um relatório daquilo. Isso é para dar um exemplo pequeno, mas assim, são listas e listas com coisas de atividades dessa natureza, entendeu? Então a gente tem uma flexibilidade mas aquilo que é fundamental no nosso trabalho que é o ensino, a pesquisa e a extensão e a relação disso com o conhecimento, isso tá ficando secundário. Isso é entristecedor.

Diferentemente dos elementos acima que são aplicáveis a toda a categoria na universidade, a condição de trabalho mencionada por dois entrevistados aplica-se especificamente aos docentes do Centro de Ciências da Educação da universidade, qual seja a estrutura predial do centro de ensino. Nos relatos foi possível detectar que o centro de ensino possui problemas na rede elétrica, insuficiente quantidade de salas de professor, bem como ventilação e equipamentos audiovisuais insuficientes nas salas de aula.

A subcategoria concernente às políticas públicas para a educação abrange aspectos como a imposição de parâmetros de produtividade instituída pelos órgãos e agências de fomento ao ensino, pesquisa e extensão, a canalização de recursos para áreas mais rentáveis como ciências da saúde e engenharias, os recentes cortes e bloqueios orçamentários, assim como as políticas de saúde para a categoria dos docentes e para a comunidade universitária em geral consideradas por $\frac{1}{3}$ dos entrevistados como insuficientes ou mesmo inexistentes. O relato abaixo ilustra as dificuldades encontradas para execução no cotidiano de trabalho:

[...] vão mudando os critérios de avaliação e vão te pegando sempre de calça curta, porque você estava trabalhando numa perspectiva, porque toda a nossa produção sobretudo nas Ciências Humanas demora muito. Quer dizer, eu acabo de concluir o ano passado uma pesquisa de quatro anos para ter até agora quatro artigos publicados, sabe assim, não é uma coisa, uma pesquisa em laboratório que você consegue a cada variação do experimento você produz um artigo, não dá. E aí você estava caminhando numa lógica, e aí eles pegam e mudam os critérios né. Agora a avaliação não é mais quantidade de artigos publicados em livros e em revistas, mas é o fator de impacto da produção, quantas vezes você é citado. É uma loucura isso!

Como efeitos resultantes dessas dificuldades no cumprimento de metas estipuladas pelos órgãos de fomento, cinco entrevistados mencionaram a adoção da lógica meritocrática, a dificuldade de se manter credenciado ou mesmo de se credenciar na pós-graduação e o adoecimento advindo de uma disputa que ultrapassa a competitividade instaurada por parâmetros estabelecidos pelas agências de fomento. Dentre os cinco entrevistados acima, três concluíram que a universidade vive hoje o mesmo cenário de empresas privadas que delimitam metas cada vez mais difíceis a serem cumpridas por seus empregados. A fala abaixo reúne alguns dos elementos expostos acima:

[...] eu acho que nós temos hoje em relação às políticas públicas um momento de grande contingenciamento de recursos, se a gente pensar, por exemplo, na própria pesquisa né, eu me credenciei recentemente ao programa de pós-graduação aqui, já me descredenciei porque assim, percebi que nós estamos cada vez mais atendendo a uma expectativa das agências de fomento só que os recursos que vêm para cá são minguados, nós temos que atender uma lógica, como eu já falei, do ranqueamento, da produtividade, ter uma nota tal para ter bolsa, e assim, a gente não consegue dar conta desse tripé do ensino, da pesquisa, da extensão com a mesma qualidade. [...]Então acho que esse tripé também está sendo comprometido, e assim, contingenciamentos são graves porque uma pesquisa na área das

Ciências Humanas para quem hoje está gerenciando esses recursos talvez seja menos importante que uma pesquisa na área das Exatas, Tecnológicas, enfim.

O trabalho externo encontra-se como subcategoria inclusa na categoria *Administração por estresse* e nela encontram-se as atividades de representações em órgãos de fomento à pesquisa e do Ministério da Educação, ser membro ou parecerista de revistas científicas, assessoramento a atividades técnicas e membro de comissões externas à universidade. Uma entrevistada menciona este tipo de trabalho como “invisível”, pois é frequente que estas atividades não sejam contabilizadas pelos sistemas da instituição:

[...] o CNPQ joga na tua caixinha, revista joga, não sei o que joga, FAPS dos vários estados mandam projetos, os PIBICs das várias universidades pedem pra você avaliar, a CAPES manda o negócio da viagem pro exterior, então vem tudo pra caixa. Então a quantidade de trabalho que a gente recebe invisível né, o trabalho depois a gente vai sentindo, mas o trabalho não está em lugar nenhum né, parece um trabalho invisível.

Aspectos subjetivos e ideologia

A categoria *Aspectos subjetivos e ideologia* foi assim denominada na tentativa de retratar, com base nas entrevistas e na literatura científica do campo da Saúde do Trabalhador, processos de autoconstrangimento, autocobrança, satisfação no trabalho, bem como aspectos introjetados pelo sujeito da ideologia predominante na sociedade e na instituição.

O ciclo de trabalho de um professor, ainda que conduzido e controlado por ele, permite menor alienação e maior envolvimento. Todavia, a retribuição para o trabalho realizado não encontra-se somente na dimensão objetiva como expressa no salário e no currículo. De acordo com Wanderley Codo (1999), há uma dimensão subjetiva expressa através de reconhecimento e de status, sendo “ambas fundamentais para o trabalhador e inclusive, do ponto de vista emocional, tocando na autoestima, no sentimento de realização profissional e na satisfação do trabalhador (CODO, 1999, pg. 95). O autor refere-se ao trabalho docente no ensino básico, mas entende-se que, apesar do lócus da presente pesquisa

diferir da escola, a natureza do trabalho é a mesma do estudo de Codo (1999), mantidas as devidas especificidades.

O contexto de ataque ao serviço público e, em especial, às universidades públicas no momento da realização da pesquisa contribuíram para o fortalecimento de uma vigilância da sociedade sobre o trabalho e conduta da comunidade universitária. Com as mobilizações em defesa da educação pública e contra os cortes orçamentários em maio do ano de 2019, surgiram propostas de ações na tentativa de aproximar da população projetos de pesquisa e extensão realizados pela universidade, sendo que em maio daquele ano é realizada a primeira edição do *UFSC na praça* (AGECOM, 2019):

Mas sem dúvida nenhuma, estamos vivendo [...] um momento de suspeita do serviço público, como se quem está aqui não faz exatamente o que devia fazer. Então a sociedade está suspeitando de nós. Existe uma tendência a pensar que nós não temos muita responsabilidade, vivemos de forma muito folgada, e isso eu acho que está nos penalizando muito. Parece que temos que provar que aqui estamos sendo responsáveis e sérios, e às vezes entre nós mesmos andamos dizendo coisas inadequadas. [...] Todo o serviço público está sendo desmoralizado e a gente não merece esse tipo de julgamento.

Apesar da ação coletiva em defesa da universidade, restou evidente nos relatos que a preocupação com a conjuntura foi relacionada por alguns entrevistados com a percepção de que houve aumento entre os colegas de trabalho de abuso de substâncias na tentativa de lidar com sentimentos de angústia, ansiedade e mal-estar:

Sabe que eu acho que está acontecendo muito entre os professores? O alcoolismo. Eu escuto isso dos meus colegas, alguns brincando: “Ah, o que que você faz?”; “Ah, eu bebo, eu tomo um troço para conseguir dormir”. Porque tem isso também, a gente trabalha até tarde e quando você deita na cama você não consegue dormir porque tua cabeça não para. Então eu acho que tem muito essa coisa do alcoolismo. Eu parei de fumar faz mais de um mês, no meio desse turbilhão todo, mas eu precisava fazer isso porque eu estava fumando

demais, inclusive o que me segurava trabalhando de madrugada era o cigarro.

Apesar dos ataques às universidades públicas relatados anteriormente, bem como parâmetros de produtividade impostos aos programas de pós-graduação que geram certo constrangimento entre colegas e autocobrança, seis docentes responderam estar satisfeitos no trabalho, enquanto 5 responderam não estar satisfeitos no momento da realização da entrevista, seja pelas condições de trabalho, conjuntura, intensificação e carga de trabalho:

Aí um professor disse: ‘Ninguém mandou vocês pegarem tudo isso’. E isso é muito louco né, porque isso que eu acho mais adoecedor na universidade, porque não é um outro que te cobra, é você, você cobra de você mesmo, e eu acho que essa é uma das piores cobranças que é o do sujeito com ele mesmo para ele se sentir bem naquele lugar.

No sentido da fala anterior, outro entrevistado menciona que a tentativa pela adequação à pressão externa e introjetada deve-se a um consenso construído em torno da figura do professor universitário, sendo que as acusações advindas da sociedade passam a ser de ordem moral:

Acho até que tem se construído um consenso em torno da figura do professor universitário, do servidor público, que hoje está inclusive no debate não da política mas da moral né, porque a gente não tem discutido mais política, as acusações são de ordem moral, que desqualificam o professor e o servidor público, e aí essa saúde vai junto, por exemplo se você tiver uma licença porque você está doente é porque você é vagabundo, entende?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou observar a intensificação do trabalho docente como determinação do processo saúde-doença deste grupo de trabalhadores, retratada nas dimensões discutidas nos resultados, emergidas da fala dos entrevistados e comparada à

literatura científica na área da Saúde Coletiva e da Saúde do Trabalhador. Os relatos permitiram identificar a intensificação do trabalho docente e, na percepção dos entrevistados, é possível observar que a maioria deles relaciona a determinação social e histórica da saúde dessa categoria de trabalhadores.

Foi possível notar também que, mesmo com práticas individuais e coletivas de cuidado e de acolhimento, a dificuldade em desvincular a individualização e culpabilização do trabalhador, tanto em nível institucional quanto subjetivo, esteve presente em algumas dimensões como no aspecto subjetivo relacionado à autocobrança, assim como na resolução de problemas coletivos de forma individual. Isso demonstra que a intensificação do trabalho vem cumprindo seu papel de desmonte não apenas das instituições, mas da capacidade coletiva dos trabalhadores em construir de ações em defesa dos direitos e da proteção e manutenção de sua saúde. A administração por estresse expressa principalmente pela imposição de parâmetros de produtividade imprime uma lógica de meritocracia, própria do setor privado, para dentro da universidade pública cuja função é diametralmente oposta à lógica de obtenção de lucro. Os sistemas de registro da instituição não contabilizam a jornada efetivamente trabalhada, onerando os sujeitos individualmente pelo não reconhecimento e contabilização das horas trabalhadas, resultando no prolongamento da jornada e no ritmo de trabalho intensificado que, conforme percepção dos entrevistados, têm gerado sofrimento e adoecimento dos trabalhadores docentes do centro de ensino em questão.

Ressalta-se a importância dos achados e do tema. No decorrer da pesquisa verificou-se a escassez de estudos que possuem a intensificação do trabalho e saúde como ponto de partida da análise. Por este motivo adotou-se a definição proposta por Pina e Stotz (2015), a qual possui como pressuposto teórico-metodológico o materialismo histórico, com centralidade no trabalho para ler e compreender a realidade do trabalho docente. Pelo relato dos entrevistados fica evidente uma tendência de afastamento que a universidade sofre da sua função social. As exigências para o cumprimento de metas faz com que ocorra um declínio da pesquisa engajada e da extensão para adequar-se ao produtivismo acadêmico e à meritocracia que valoriza a sobrecarga de trabalho e desprestigia a autonomia docente e discente nas diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, conclui-se que os parâmetros avaliativos têm sido o principal motor da intensificação do trabalho docente, diminuindo o poder de ação e de defesa

da saúde e de melhores condições de trabalho, desafios impostos ao coletivo de trabalhadores na luta pela manutenção e promoção de sua saúde.

REFERÊNCIAS

AGECOM. Universidade Federal de Santa Catarina. **UFSC na Praça aproxima população da pesquisa universitária**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/05/ufsc-na-praca-aproxima-populacao-da-ciencia-e-pesquisa-universitaria/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Assembleia referenda dissolução da seção sindical do ANDES-SN na UFSC, Brasília, julho de 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/assembleia-referenda-dissolucao-da-secao-sindical-do-aNDES-sN-na-uFSC1>>. Acesso em: 31 out. 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 22, p. 89-110, 2014.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, 2012.

BOSI, A. de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.101, p.1503-1523. Set./Dez. 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília: Mec, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL a. Presidência da República. **Decreto nº 9.741, de 29 de fevereiro de 2019**. Altera o Decreto n o 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira,

estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. Brasília, Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm>. Acesso em 21 nov. 2020.

BRASIL b. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.**

Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

Brasília. Disponível em:

<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/11/2019&jornal=515&pagina=1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv914impresao.htm> . Acesso em 1º nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 14.010, de 10 de Junho de 2020.** Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14010.htm>. Acesso em: 31 out. 2020.

CODO, Wanderley (Coord). **Educação: carinho e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1999.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 4, p. 757-766, Abr. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003>.

LEHER, R.; VITTORIA, P.; MOTTA, V. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, Abr. 2017. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Hucitec-Abrasco. São Paulo/Rio de Janeiro, 1992.

MORENO, A. C. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba encolheu 28%. **G1**, s.1, 29 jun. 2018. Educação. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores: um estudo na mercedes benz do brasil, são bernardo do campo, são paulo1. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 826-840, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902015131966>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2015.v24n3/826-840/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 39, n. 130, p. 150-160, dez. 2014 .

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000200150&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/0303-7657000074913>.

SOUZA, Laís Oliveira de; PINA, José Augusto; SOUZA, Katia Reis de. RESISTÊNCIA E PRÁXIS NA GREVE DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 1, e0017002, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000100500&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2020. Epub 08-Nov-2018. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00170>.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **O trabalho intensificado nas federais. São Paulo: Xamã, 2009.**

SOUZA, Laís Oliveira de; PINA, José Augusto; SOUZA, Katia Reis de. Resistência e práxis na greve dos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 1, e0017002, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000100500&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 nov. 2020. Epub 08-Nov-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00170>.

UFSC. **UFSC em Números - 2010 a 2019**. Florianópolis: UFSC, 2019. 11 p. Elaborado pela Secretaria de Gestão e Orçamento e pelo Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. Disponível em: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2020/09/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

UFSC. **Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208159/ESTATUTO_UFSC_atualizado%20mar%c3%a7o%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20/11/2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de que estes dados possam ser utilizados pelos próprios trabalhadores na ampliação de seu poder de ação e defesa da saúde e de melhores condições de trabalho, a presente pesquisa buscou elencar as categorias da intensificação do trabalho que ilustram o processo de intensificação do trabalho docente e suas implicações para a saúde dos trabalhadores. O saber dos professores foi essencial para a construção deste estudo uma vez que, sendo uma pesquisa engajada e pautada nos princípios da Saúde Coletiva e da Saúde do Trabalhador, considerou o saber dos entrevistados como parte fundamental na construção do objeto. Em consonância ao exposto, ressalta-se que o presente estudo é politicamente posicionado em defesa da emancipação da classe trabalhadora.

A pesquisa possibilitou observar a intensificação do trabalho docente como determinação do processo saúde-doença deste grupo de trabalhadores, retratada nas dimensões discutidas nos resultados, emergidas da fala dos entrevistados e comparada à literatura científica na área da Saúde Coletiva e da Saúde do Trabalhador. Os relatos permitiram identificar a intensificação do trabalho docente e, na percepção dos entrevistados, é possível observar que a maioria deles relaciona a determinação social e histórica da saúde dessa categoria de trabalhadores.

Foi possível notar também que, mesmo com práticas individuais e coletivas de cuidado e de acolhimento, a dificuldade em desvincular a individualização e culpabilização do trabalhador, tanto em nível institucional quanto subjetivo, esteve presente em algumas dimensões como no aspecto subjetivo relacionado à autocobrança, assim como na resolução de problemas coletivos de forma individual. Isso demonstra que a intensificação do trabalho vem cumprindo seu papel de desmonte não apenas das instituições, mas da capacidade coletiva dos trabalhadores em construir de ações em defesa dos direitos e da proteção e manutenção de sua saúde. A administração por estresse expressa principalmente pela imposição de parâmetros de produtividade imprime uma lógica de meritocracia, própria do setor privado, para dentro da universidade pública cuja função é diametralmente oposta à lógica de obtenção de lucro. Os sistemas de registro da instituição não contabilizam a jornada efetivamente trabalhada, onerando os sujeitos individualmente pelo não reconhecimento e contabilização das horas trabalhadas, resultando no prolongamento da jornada e no ritmo de trabalho intensificado que, conforme percepção dos entrevistados, têm gerado sofrimento e adoecimento dos trabalhadores docentes do centro de ensino em questão.

Como limitações do estudo encontram-se algumas como a impossibilidade de realizar uma análise adequada acerca do trabalho administrativo realizado pelos docentes destinado às atividades-fim na universidade, trabalho este identificado como penoso pela maioria dos entrevistados. Da mesma forma, não foi possível analisar como a falta de reposição de TAEs na instituição impacta no cotidiano de trabalho docente e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo essas sugestões para estudos futuros. Tampouco houve proposta de intervenção para auxílio ou incremento da agenda sindical.

No entanto, ressalta-se a importância dos achados e do tema. No decorrer da pesquisa verificou-se a escassez de estudos que possuem a intensificação do trabalho e saúde como ponto de partida da análise. Por este motivo adotou-se a definição proposta por Pina e Stotz (2015), a qual possui como pressuposto teórico-metodológico o materialismo histórico, com centralidade no trabalho para ler e compreender a realidade do trabalho docente. Pelo relato dos entrevistados fica evidente uma tendência de afastamento que a universidade sofre da sua função social. As exigências para o cumprimento de metas faz com que ocorra um declínio da pesquisa engajada e da extensão para adequar-se ao produtivismo acadêmico e à meritocracia que valoriza a sobrecarga de trabalho e desprestigia a autonomia docente e discente nas diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, conclui-se que os parâmetros avaliativos têm sido o principal motor da intensificação do trabalho docente, e impõe desafios ao coletivo na luta pela manutenção e promoção de sua saúde.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: Expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (df), v. 16, n. 32, p.123-140, jul. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/21946670839/Downloads/14064-41652-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza C. de; SILVA, Marcelo José de Souza e. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out. 2014. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-1104.20140082>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n103/0103-1104-sdeb-38-103-0953.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Assembleia referenda dissolução da seção sindical do ANDES-SN na UFSC, Brasília, julho de 2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/assembleia-referenda-dissolucao-da-secao-sindical-do-aNDES-sN-na-uFSC1>>. Acesso em: 31 out. 2020.

ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -. **Cartilha de orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente**. Brasília: Imprensa Andes-Sn, 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-221277769.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

APUFSC. Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. Boletim do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina, Florianópolis, março de 2019, n. 823.

APUFSC. Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. MEC deve cortar R\$ 1 bilhão de universidades em 2021; reitores veem quadro ‘insustentável’, Florianópolis, agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.apufsc.org.br/2020/08/13/mec-deve-cortar-r-1-bilhao-de-universidades-em-2021-reitores-veem-quadro-insustentavel/>>. Acesso em 1º de nov. 2020.

BECK, L. O. “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”: a UFSC e a redemocratização. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: Ufsc, 2010. p. 61 a 84.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 22, p. 89-110, 2014.

BORGHI, Carolina Michelin Sanches de Oliveira. **Determinação social do processo saúde-doença: que vozes ecoam no Brasil?**. 2015. 125 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Ensp, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/ens-34858?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BORGHI, Carolina Michelin Sanches de Oliveira; OLIVEIRA, Rosely Magalhães de; SEVALHO, Gil. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869-897, Dec. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000300869&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Nov. 2020. Epub Aug 13, 2018. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00142>.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, 2012.

BOSI, A. de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.101, p.1503-1523. Set./Dez. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL a. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/11/2019&jornal=515&pagina=1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 400 de 10 de dezembro de 2018**. Organização de Lista Tríplice para nomeação de Reitor de Instituição Federal de Ensino Superior pelo Presidente da República. Autonomia Universitária. Obediência aos ditames da Lei nº 5.540/1968, com redação dada pela Lei nº 9.192/1995, e do Decreto nº 1.916/1996. Disponível em: <https://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=1353899&codigo_crc=422B1448&hash_download=8b3987142103ae4ed445bff04c977d2b0c55690b9b7e8bc638f3957f91f96eaa9bd1fc0ac0fa17d85895ddb3aba1e44b46574cd753cb24902ec94dbed2a862d7&visualizacao=1&id_orgao_externo=0>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília: Mec, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional da Saúde**. Brasília: Ms, 1986. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 14.010, de 10 de Junho de 2020**. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da

pandemia do coronavírus (Covid-19). Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14010.htm>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL b. Presidência da República. **Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv914impressao.htm> . Acesso em 1º nov. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 50, nº4, p. 5-29. Out/Dez. 1999.

CODO, Wanderley (Coord). **Educação: carinho e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CONTAIFER, Tatiana Rodrigues Corrêa; et al. Estresse em professores universitários da área de saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre, v.24, n. 2, p. 215-225. Ago., 2003.

DIEESE. A saúde dos índices de saúde do trabalhador. **Nota Técnica**, São Paulo, n. 162, p.1-7, set. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec162Saude.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

GOMES, Romeu. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 4. p. 67-80.

GOMEZ, C. M. Campo da Saúde do Trabalhador: trajetórias, configuração e transformações. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENNA, P. G. L. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na sociedade brasileira contemporânea.** 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. 540 p.

GOMEZ, C. M. Diálogo 9: Educação e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.** Brasília, 2015.

GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no sistema único de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 1963-1970, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>.

INÁCIO, J. R. Anotações referentes à disciplina **Tópicos Especiais em Trabalho e Questão Social IV: Saúde, ambiente de trabalho e ação sindical.** Disciplina oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003>.

LACAZ. **Saúde do trabalhador::** um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. 1996. 435 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Medicina, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313672>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

LARA, R. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. Florianópolis, **Revista Katálisis**, vol. 14, n. 1, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a09>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.34, p.49-64, jan-abr 2009. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>>. Acesso em 2 nov. 2020.

LEHER, R.; VITTORIA, P.; MOTTA, V. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, Abr. 2017. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec-Abrasco. São Paulo/Rio de Janeiro, 1992.

Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior: Notas estatísticas 2017**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior: Microdados 2019**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados?_authenticator=73b6b0e03f10cadf5ec8ab8e09e6be4f931e571f>. Acesso em 2 nov. 2020.

MORENO, A. C. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba encolheu 28%. **G1**, s.l, 29 jun. 2018. Educação. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

NUNES, E.D. Saúde coletiva: história de uma ideia e um conceito. **Saúde Soc**. São Paulo, v.3, n.2, p.5-21, 1994.

OLIVEIRA, E. Corte de quase R\$ 1 bi para universidades federais é mantido mesmo com alteração no orçamento do MEC para 2021, dizem reitores: mec confirma redução, mas reforça que valores poderão ser alterados durante tramitação no congresso. **G1**. MEC confirma redução, mas reforça que valores poderão ser alterados durante tramitação no Congresso. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/10/corte-de-quase-r-1-bi-para-universidades-federais-e-mantido-mesmo-com-alteracao-no-orcamento-do-mec-para-2021-dizem-reitores.ghtml>. Acesso em: 1º nov.. 2020.

PEDUZZI, Marina; SCHRAIBER, Lília Blima. Processo de trabalho em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 1. Disponível em: <http://www.sites.epsvjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/protrasau.html>. Acesso em: 4 nov. 2020.

PINA, José Augusto. **Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores na indústria automobilística**: estudo de caso na Mercedes Benz do Brasil, São Bernardo do Campo. 2012. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/14457/3/755.pdf>>.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 39, n. 130, p. 150-160, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000200150&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/0303-7657000074913>.

SANTANA, Vilma Sousa. Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. spe, p. 101-111, Ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000400015>.

SANTOS, C. V.; LEDA, D.; SILVA, E. A expansão da educação superior pública e suas implicações no trabalho docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 147-174, jan./abr. 2015.
SANTOS, Kennya Souza. A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 36-60.
SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **O trabalho intensificado nas federais**. São Paulo: Xamã, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 27, n. 2, p.88-106, maio 2018. Disponível em: <<file:///F:/Mestrado/Projeto/Artigos/Gerencialismo%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20nas%20agendas%20das%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Multilaterais,%20Shiro%20ma,%202018.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UFSC. **UFSC em Números - 2010 a 2019**. Florianópolis: UFSC, 2019. 11 p. Elaborado pela Secretaria de Gestão e Orçamento e pelo Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. Disponível em: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2020/09/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

VALMORBIDA, Itacir. **A formação política de docentes da Rede Pública de Ensino para além do Capital**: Primeiras aproximações à luz de uma leitura materialista histórico-dialética. Pesquisa De Mestrado. PPGE/Unochapecó, 2017.

Apêndice A – Roteiro de entrevista

Roteiro das entrevistas

Esse roteiro, provisório e flexível, leva em conta a articulação entre as leis e categorias do materialismo histórico dialético, a pergunta-problema, a hipótese e as questões de pesquisa, além das seguintes categorias operacionais e teórico-conceituais investigadas durante o processo de construção do projeto: a) ANÁLISE DE CONJUNTURA, UNIVERSIDADE, TRABALHO DOCENTE E POLÍTICAS NEOLIBERAIS; b) UNIVERSIDADE, SAÚDE COLETIVA, SAÚDE/DOENÇA, IDENTIDADE E DOS PROFESSORES; c) SAÚDE DOCENTE, MAL-ESTAR DOCENTE E TRABALHO INTENSIFICADO (PRODUTIVISMO) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS; d) CONTRADIÇÕES ENTRE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE, SOFRIMENTO, “TEMPO LIVRE” E PRAZER.

Dessas categorias, resultou o seguinte roteiro para a realização das entrevistas:

Primeira Parte

Nome: _____
 Idade: _____
 Ano de ingresso na UFSC: _____
 Gênero: _____
 Formação: _____
 Nível: _____
 Centro: _____
 Departamento: _____
 Vínculo: _____

Segunda Parte

Orientações para os entrevistadores:

- A) Descrição dos Objetivos da pesquisa e da pergunta-problema e caminhos teórico-metodológicos aos sujeitos da pesquisa
 B) Introdução ao tema (justificativa para a realização da pesquisa):

Perguntas propriamente ditas

Um dos assuntos recorrentes na esfera de atuação docente nas Instituições Federais de Ensino Superior é a incidência de mal-estar e adoecimentos sofridos pelos professores. Seja em período de qualificação, seja em pleno exercício da carreira de magistério; seja no início ou no final desse percurso profissional, o discurso que se ouve nas rodas informais acadêmicas é o quanto de sofrimento emocional, físico e psíquico estão enfrentando no dia a dia do trabalho. O cotidiano adoecedor tem sido objeto de estudos detalhados por parte de pesquisadores do trabalho e suas relações sociais (FORATINI E LUCENA, 2015, pág. 33).

1. Diante do exposto, discorra como anda a Saúde dos professores na universidade, no ponto de vista do suposto mal-estar docente e adoecimentos sofridos pelos professores na universidade (UFSC), conforme sinalizamos na introdução à essa entrevista.
2. Considera essa pesquisa relevante? Por quê?
3. Como você vê a saúde docente no atual contexto das políticas públicas de Educação Superior?
4. Na sua opinião, o trabalho docente na UFSC tem relação com a condição de saúde dos professores? Justifique.

5. Na sua opinião, existe diferença entre o trabalho docente realizado na graduação e o realizado na pós-graduação? Explique.
6. Os docentes na UFSC possuem flexibilidade de horários de trabalho. Há também a exigência para as atividades laborais de ensino, pesquisa e extensão. Com base nisso qual a relação entre cotidiano de trabalho, tempo livre, sofrimento, prazer e saúde? Explique.
7. Você considera que as condições de trabalho têm consequências sobre a sua saúde física e/ou mental?
8. Com base em sua resposta anterior você tem conhecimento de situações semelhantes com seus colegas, em outros departamentos? Comente.
9. Em sua opinião, que estratégias os professores utilizam para lidar com as possíveis situações de sofrimento no cotidiano de trabalho?
10. Você se sente satisfeito com seu trabalho na universidade? Justifique a sua resposta.
11. Como você avalia a sua condição de saúde?
12. Você tem sugestões para melhorar as condições de trabalho docente na universidade?